



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- ACTA DA 1.^a REUNIÃO DA 1.^a SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA -----

----- MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 28 DE FEVEREIRO DE 2005 -----

----- ACTA N^º 1/05 -----

----- Aos vinte e oito dias do mês de Fevereiro de dois mil e cinco no Auditório da Assembleia Municipal, em Oeiras, reuniu a Assembleia Municipal de Oeiras sob a Presidência do Senhor Doutor Luís Gonçalves Marques Mendes tendo como Primeira Secretária a Senhora Maria Madalena Pereira da Silva Castro e como Segunda Secretária a Senhora Doutora Maria Alexandra da Silva Fraga. -----

1. ABERTURA DA REUNIÃO -----

----- Pelas quinze horas e trinta e cinco minutos, o Senhor Presidente declarou iniciada a Primeira Reunião da Primeira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, procedendo de imediato à chamada, tendo sido verificada a presença de quarenta Membros (Elísio Veiga, Custódio Paiva, Luís Costa e Castro, Manuel Carvalho Teixeira, Carlos Jaime Santos, António Joaquim Moreira, José Carlos Estorninho, Rui Manuel Freitas, Salvador Bastos Costeira, José Vilhena Milhano, Luís Marques Mendes, José David Justino, José Amaral Lopes, Elisabete Oliveira, Jorge Silva Pracana, Jorge Roque da Cunha, Manuel Madeira Martinho, Alexandre Martins da Luz, António Viana Basto, Sofia Galvão, Arlindo Barradas, Maria Madalena Castro, Levy Gomes, Fernando Caldeira Martins, Maria Alexandra Fraga, Rogério Carneiro, Vidal Antão, Marcos Sá Rodrigues, Luísa Diego Lisboa, Pedro Melo e Sá, Joaquim Reis Marques, Cláudia Monteiro Silva, Pedro Lícínio Pereira, Pedro Lara Everard, João Viegas, Joaquim Vieira Cotas, José Pinto Ferreira, Ermelinda Oliveira, Paulo Henrique Miranda e Miguel Almeida Pinto) desta Assembleia Municipal. -----

2. ORDEM DE TRABALHOS -----

----- Foi estabelecida para a presente Reunião a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1. Informação escrita da Senhora Presidente da Câmara Municipal de Oeiras acerca da

Actividade do Município, nos termos da alínea e), do N.º 1, do Artigo 53.º, da Lei N.º 169/99, de 18 de Setembro com as alterações introduzidas pela Lei N.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

2. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O. N.º 1822/04 relativa à Alteração do Regulamento e Tabela de Taxas e outras Receitas Municipais do Município de Oeiras – Ofício Nº. 16943 – 05.02.04;-----

3. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O. N.º 1506/2004 relativa à Revogação do N.º 3 do Artigo 28.º do Regulamento de Abastecimento de Água dos SMAS de Oeiras e Amadora – Ofício N.º 6751 – 05.01.17;-----

4. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O. N.º 1810/2004 relativa à Actualização das Comparticipações para Obras Gerais de Reforço de Abastecimento de Água para o Ano de 2005 - SMAS – Ofício N.º 6752 – 05.01.17;-----

5. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O. N.º 1818/2004 relativa à Permuta de Terrenos a efectuar com a Empresa “ARENA – Construções Imobiliárias, S.A.” no Âmbito do Processo N.º 616/01 – Ofício N.º 6750 – 05.01.17; -----

6. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O. N.º 31/05 relativa ao Reqt.º N.º 465/04 Apenso ao S.P. 26/03 – Adesão à Rede Nacional de Cidades e Vilas com Mobilidade para Todos – Ofício Nº. 16944 – 05.02.04; -----

7. Alteração aos Estatutos da AMTRES;-----

8. Permuta de Terrenos no Âmbito do Proc.º de Expropriação N.º 144 – Estrada Nacional 249-3 (Variante Porto Salvo). -----

3. Sr. Presidente -----

----- O Senhor Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

----- “Senhores Deputados muito boa tarde a todos. Cumprimentos a todos. Queria cumprimentar também a Senhora Presidente da Câmara, as Senhoras e os Senhores Vereadores e o estimado público que assiste aqui aos nossos Trabalhos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Vamos então dar início à reunião de hoje, começando, como é habitual pela aprovação das actas das três reuniões anteriores.” -----

4. APROVAÇÃO DE ACTA -----

4.1. Acta da 1^a. Reunião da 5.^a Sessão Ordinária de 30 de Novembro de 2004 – ACTA N.^o 12/2004 -----

4.1.1. Sr.^a Luísa Diego Lisboa (PS) -----

----- A Senhora Deputada Luísa Diego Lisboa referiu o seguinte: -----

----- “Só para referir que não nos foi ainda permitido ler a acta. Não tivemos acesso à acta. Gostaria de a ler antes de a poder votar, acreditando que mesmo assim tudo lá está, mas...”

4.1.2. Sr. Presidente -----

----- O Senhor Presidente respondeu o seguinte: -----

----- “Senhora Deputada faz muita questão? É que já foi distribuída há vários dias, eu não posso deixar de colocar, hoje, à votação. Pode, eventualmente, é querer abster-se ou votar de outra forma. Pedia-lhe que pensasse nisso. -----

4.1.3. Sr. Salvador Costeira (J.F. Porto salvo) -----

----- O Senhor Deputado Salvador Costeira disse o seguinte: -----

----- “É uma rectificação que quero fazer à acta catorze/zero quatro.” -----

----- **O Senhor Presidente da A.M.** interveio e disse o seguinte: -----

----- “Mas não é esta. Esta é a doze. -----

----- A Senhora Deputada acha que podemos pôr à votação é que eu não posso deixar de passar a sessão de hoje sem o fazer.” -----

4.1.4. Sr.^a Luísa Diego Lisboa (PS) -----

----- A Senhora Deputada Luísa Diego Lisboa respondeu o seguinte: -----

----- “Eu acho que sim, que podemos passar. No entanto nós gostaríamos que as actas fossem distribuídas atempadamente, por forma a podermos lê-las...” -----

----- **O Senhor Presidente da A.M.** interrompeu e disse o seguinte:-----

----- “Mas informam-me os serviços de que foram distribuídas há oito dias.”-----

----- **A Senhora Deputada Luísa Diego Lisboa (PS)** continuou a sua intervenção:-----

----- “...antes de procedermos à votação, senão é um ciclo vicioso que se cria de estar todas as vezes a votar uma coisa de que não se tem a consciência do que é que se está a votar.” --

----- **O Senhor Presidente da A.M.** interrompeu e disse o seguinte:-----

----- “Vou recomendar isso aos serviços para o futuro.” -----

----- **A Senhora Deputada Luísa Diego Lisboa (PS)** continuou a sua intervenção:-----

----- “Eu hoje vim um pouco mais cedo para poder ter acesso à acta, lê-la e votar em consciência.” -----

----- **O Senhor Presidente da A.M.** disse ainda o seguinte:-----

----- “Vou recomendar aos serviços, para o futuro, um pouco mais de antecipação na distribuição.” -----

4.1.5.VOTAÇÃO -----

----- O Senhor Presidente pôs à votação esta Acta a qual foi aprovada por maioria com duas abstenções. -----

4.2. Acta da 2^a. Reunião da 5.^a Sessão Ordinária de 9 de Dezembro de 2004 – ACTA N.^º 13/2004 -----

4.2.1.VOTAÇÃO -----

----- O Senhor Presidente pôs à votação esta Acta a qual foi aprovada por maioria com três abstenções. -----

4.3. Acta da 3^a. Reunião da 5.^a Sessão Ordinária de 16 de Dezembro de 2004 – ACTA N.^º 14/2004 -----

4.3.1. Sr. Presidente -----

----- O Senhor Presidente disse o seguinte:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----“É aqui que o Senhor Deputado Salvador Costeira tem uma sugestão ou rectificação. Tenha a bondade.” -----

4.3.2. Sr. Salvador Costeira (J.F. Porto salvo) -----

-----O Senhor Deputado Salvador Costeira disse o seguinte: -----

-----“Senhor Presidente no ponto que diz respeito à discussão da Carta Educativa, na página vinte e um, quando reflecte a minha intervenção, aparece duas vezes “o agrupamento escolar Queijopolima” e não é “Queijopolima” é “CASPOLIMA”. -----

4.3.3. Sr. Presidente -----

-----O Senhor Presidente referiu o seguinte: -----

-----“Senhor Deputado fica registado para ser feita a devida rectificação.” -----

4.3.4. VOTAÇÃO -----

-----O Senhor Presidente pôs à votação esta Acta a qual foi aprovada por maioria com duas abstenções. -----

5. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

5.1. Sr. Presidente -----

-----O Senhor Presidente disse o seguinte: -----

-----“Passamos agora à reunião propriamente dita com o Período de Antes da Ordem do Dia, como é habitual. -----

-----Pedia aos Senhores Deputados que querem inscrever-se o favor de levantarem o braço e manterem uns segundos o braço no ar. -----

-----Senhores Deputados Joaquim Cotas, Elísio Veiga, Paulo Miranda, Pinto Ferreira, Miguel Pinto, Vidal Antão, Reis Marques, João Viegas, David Justino, Caldeira Martins e Ermelinda Oliveira. -----

-----Pedia especial atenção aos Senhores Deputados para os tempos que cada Partido tem direito. Pedia o favor para fazerem essa gestão com cuidado. -----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado Joaquim Cotas. Tenha a bondade.”-----

5.2.Sr. Joaquim Cotas (CDU) -----

----- O Senhor Deputado Joaquim Cotas fez a seguinte intervenção: -----

----- “Joaquim Cotas, CDU. Boa tarde. -----

----- A CDU gostaria de ser esclarecida acerca do seguinte: -----

----- Segundo notícias vindas a público na comunicação social, a Câmara Municipal de Oeiras remeteu à Procuradoria-Geral da República o processo da auditoria efectuada ao programa da habitação social, que segundo a comunicação social concluiu pela existência de ilegalidades de várias ordens. Portanto, a CDU solicita, à Senhora Presidente da Câmara, esclarecimentos acerca deste ponto. -----

----- A bancada solicita, também, esclarecimentos acerca do ponto da situação do processo de revisão do PDM. E também solicita informação acerca do seguinte: -----

----- Qual o total do investimento já efectuado pela Câmara no Parque dos Poetas? Qual é o montante que está previsto gastar pela Câmara Municipal de Oeiras na manutenção do Parque dos Poetas? -----

----- E por último, qual é o ponto da situação na Cidade Judiciária de Caxias? Muito obrigado.” -----

5.3. Sr. David Justino (PSD) -----

----- O Senhor Deputado David Justino fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Oeiras. Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais. -----

----- Tomei conhecimento, pelo jornal “Expresso” na sua última edição do passado sábado, da deliberação da Câmara Municipal de Oeiras, aprovada por unanimidade, de, passo a citar:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----“Alargar as investigações a todos os programas de habitação social desde mil novecentos e noventa e quatro.” Acabo de citar. -----

-----De acordo com a mesma notícia significativamente titulada de “Zambujo faz auditoria a Isaltino”, vem a dita deliberação no seguimento do apuramento de irregularidades processuais e comportamentos fraudatórios susceptíveis de configurarem procedimento disciplinar e criminal. -----

-----É louvável a decisão da Câmara em apurar em toda a sua extensão as responsabilidades por todos os ilícitos detectados. Mas é profundamente lamentável que sobre esta decisão se tenha promovido um facto político, cuja iniquidade só os mais distraídos e ingénuos não alcançam. -----

-----A origem e a forma da notícia só têm um objectivo: Lançar a suspeição sobre aqueles que tutelaram os programas de habitação social no Concelho de Oeiras. Ainda que possamos invocar a responsabilidade colectiva dos actos camarários, é por demais evidente que é sobre o então Presidente e o Vereador responsável que cairá a suspeita das referidas irregularidades. -----

-----Desde a década de oitenta que existem programas de habitação social mas a grande preocupação do executivo limitou-se ao período decorrido desde mil novecentos e noventa e quatro, ano em que tomei posse como Vereador desta Câmara e aceitei dirigir o pelouro da Habitação Social. -----

-----Poderemos especular sobre a maior ou menor bondade das diferentes intenções que presidiram a esta decisão mas em política, o que conta são os factos, verdadeiros ou falsos e cada vez mais as parecenças. Infelizmente o que parece é e o que parece nesta notícia não deixa de ser aquilo que eu sei que é. -----

----- Desde que deixei de ocupar o cargo de Ministro da Educação que sei o que é viver sobre suspeição, sei o que é viver sobre as piores das suspeções, aquelas que atingem a competência, a dignidade, a honestidade e a honra de um cidadão. -----

----- Ironicamente, na mesma edição do semanário “Expresso”, que noticia as conclusões da comissão de inquérito ao concurso de professores, que ilibam o então titular da pasta, nessa mesma edição lança-se uma nova suspeição sobre o mesmo titular mas relativamente a um outro cargo político.-----

----- O que me parece mais grave é que essa suspeição não recai exclusivamente sobre mim. Recai sobre todos os funcionários do Departamento de Habitação, que passaram da melhor e mais qualificada equipa deste país para um grupo de potenciais corruptos. Acima de tudo lança o anátema sobre a mais importante obra realizada neste Concelho em toda a sua História, a erradicação total das barracas e dos bairros degradados.-----

----- Quem pôs a notícia no “Expresso” deveria ter pensado nisso e devia de ter a consciência de que nem todo o passado é susceptível de ser apagado ou denegrido. Não há memória de que sobre os muitos casos, objecto de procedimento disciplinar e de comprovada corrupção existentes na Câmara de Oeiras se tenha dado tão público relevo. Se tal aconteceu, agora, só se justifica pelo espírito conturbado que a actual situação política e partidária alimenta. Para esses espíritos mais conturbados, dominados que estão pela mesquinhez, a inveja e a vingança políticas, quero deixar uma mensagem:-----

----- Podem ficar descansados que não serei candidato a qualquer cargo político nas próximas eleições autárquicas, ainda hoje e dentro de alguns momentos retomarei a minha actividade académica tentando recuperar o que mais de dez anos de serviço público me fez perder.-----

----- Senhor Presidente, Senhora Presidente, Senhores Vereadores e Senhores Deputados Municipais, o exercício do cargo de Membro da Assembleia Municipal é eticamente incompatível com a suspeição publicamente lançada por esta notícia, em devido tempo farei chegar ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal o meu pedido de suspensão de mandato. - -----

----- Quero igualmente manifestar a minha total disponibilidade para colaborar no total



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

apuramento e esclarecimento de todas as eventuais irregularidades relacionadas com o Pelouro da Habitação. Seria bom que a mais rápida identificação dos responsáveis não permita que perdure a suspeição entretanto lançada. Sou escravo das minhas palavras e responsável pelos meus actos mas não me peçam que, mais uma vez, o meu silêncio me roube o direito à defesa do meu bom-nome. Muito obrigado.” -----

5.4. Sr. Paulo Miranda (CDS/PP) -----

----- O Senhor Deputado Paulo Miranda fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Presidente do Executivo, Senhores Deputados, Senhores Vereadores, minhas Senhoras e meus Senhores. -----

----- Ninguém pode dissociar-se da data que marcou o dia vinte de Fevereiro de dois mil e cinco. Portanto, deste modo o CDS/Partido Popular, como Partido democrático que é, sabe aceitar as vitórias, sabe vangloriar-se com as vitórias e sabe também respeitar as derrotas e respeitar e admirar os vencedores. Desta forma, o CDS/Partido Popular, aqui e agora, deseja manifestar ao PS votos sinceros, que tenha as necessárias condições para governar Portugal e que a alternância do Poder agora verificada em nada prejudica a democracia, antes a favorece, antes a beneficia e esse benefício é realmente uma situação que virá a tirar os seus frutos se o PS tiver as condições para governar, condições essas que não foram concedidas ao CDS/Partido Popular e ao PSD. -----

----- Depois desejo, face às notícias vindas a público pelos diversos órgãos de comunicação social, sinceramente que no seguimento também de outras situações idênticas que o PS atravessou e o PCP, que com a elevação que foi notória conseguiram ultrapassar e agora são um Partido unido, desejo também, sinceramente, ao CDS/Partido Popular, aquele Partido a que eu me honro de pertencer, bem como ao PSD que consigam resolver os seus problemas internos, resolver os seus problemas de modo a que sejam uma só voz para que possam no exterior mostrar aquela unidade, aquela disciplina que o meu Presidente sempre disse e sempre apregoou.

É essa disciplina que o CDS/Partido Popular partilha e deseja que também se venha a verificar no Partido Social Democrata. Desejo, sinceramente, ao Partido Social Democrata que saiba com elevação, que lhe é conhecida e reconhecida, ultrapassar a crise, que também atravessa o CDS e que também terá os mesmos problemas a resolver a partir do próximo sábado.

----- Não há dúvidas nenhuma que esta alteração da composição do Governo veio, talvez, face à votação, muito próxima das Autárquicas, veio colocar uma nova votação a nível nacional. A nível concelhio o CDS/Partido Popular conseguiu ultrapassar a CDU e passar a ser a terceira Força Política mais votada no Concelho de Oeiras. A responsabilidade agora assumida, face a esta subida, obriga a que o CDS/Partido Popular tenha que tomar uma palavra no Concelho. Naturalmente que as Autárquicas ainda vão longe, já há candidatos, naturalmente que o CDS também tem o seu, já está divulgado, e, portanto, o CDS também estará preparado para enfrentar a dura batalha que se aproxima, mas com elevação necessária também, com a elevação que saiba ultrapassar todas as crises e com a dignidade para melhoria da qualidade de vida dos Oeirenses. Disse.” -----

5.5. Sr. Pinto Ferreira (CDU/Independente) -----

----- O Senhor Deputado Pinto Ferreira fez a seguinte intervenção: -----
----- “Muito boa tarde. Gostaria de recordar aqui que a CDU entregou quatro requerimentos no dia vinte e oito de Setembro, um deles sobre: “Processo de urbanização e loteamento”; outro sobre: “Espaços exteriores da Quinta do Sobreiro em Barcarena”; outro sobre: “O Processo de legalização de Marquises” e um último sobre: “Os termos de referência do programa estratégico da margem direita da foz do rio Jamor”. Recordo, mais uma vez, entregues no dia vinte e oito de Setembro, estamos a vinte e oito de Fevereiro, passados cinco meses ainda não obtivemos qualquer resposta a nenhum destes requerimentos. Um deles pede-se apenas cópias do programa estratégico. E, portanto, não percebemos a razão de ser deste atraso na resposta aos requerimentos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Três assuntos muito rápidos: -----

----- Um deles tem a ver com a limpeza urbana. Um pouco por todo o Concelho tem-se verificado a dificuldade em garantir uma limpeza do espaço público adequada. Pergunto à Câmara se tem prevista alguma actuação nesta área, porque efectivamente urge adoptar uma acção imediata para resolver esta situação.-----

----- Uma outra questão muito rápida tem a ver com a mobilidade dentro do Concelho e, mais uma vez, vou relembrar que a VLN, as circulares aos aglomerados urbanos que foram prometidas nos programas eleitorais do PSD, continuam por ser efectivadas. O que é que se passa com o viaduto sobre a A5 na baixa da Outurela?-----

----- O último ponto tem a ver com os transportes públicos. O que é que a Câmara pode fazer perante os operadores de transportes públicos que operam no Concelho de Oeiras, de forma a que os horários de determinadas carreiras que fazem a ligação entre os aglomerados dentro do Concelho? É que em muitos casos terminam às oito da noite! Ora, sabendo nós que há horários alargados de trabalho, há pessoas que trabalham por turnos, o que é que a Câmara pensa poder fazer para resolver esta situação, no que se refere aos transportes públicos. Muito obrigado.” -----

5.6. Sr. Elísio Veiga (J.F. Algés) -----

----- O Senhor Deputado Elísio Veiga fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. Boa tarde a todos.-----

----- Não queria deixar de começar esta minha intervenção sem dar os meus parabéns ao Partido Socialista pela sua vitória nas últimas legislativas e desejar, sinceramente, que governem bem o País de todos nós.-----

----- Em segundo lugar queria colocar, também, uma questão relativamente às eleições, que nestas legislativas na Freguesia de Algés, face às obras que estão a ser realizadas no Palácio Anjos, tiveram que ser feitas todas na Escola Secundária de Miraflores. Dizer que as eleições correram muitíssimo bem, houve apenas um pequeno problema com uma mesa, e eu não queria

deixar de aproveitar esta oportunidade para publicamente agradecer ao Senhor Deputado do Partido Socialista, João Viegas, pela disponibilidade e pela cidadania com que pautou o seu comportamento e, portanto, assim foi possível resolver um pequeno problema de funcionamento. Portanto, os meus agradecimentos, acho que o merece e é justo. -----

----- Em terceiro lugar queria colocar uma questão à Senhora Presidente da Câmara, que é a seguinte: -----

----- Eu fui confrontado com moradores na Avenida General Norton de Matos, que me vieram questionar no sentido de saberem como é que vai ficar aquele projecto de viaduto naquele final da Avenida Norton de Matos, por cima do largo. Penso que esse viaduto irá servir futuramente para o eléctrico rápido. Portanto, as pessoas querem saber como é que vai ser esse projecto, a volumetria, etc. -----

----- Se for possível ser esclarecido, agradecia. Muito obrigado, Senhor Presidente.” -----

5.7. Sr. Miguel Pinto (BE) - Proposta e Moção de Censura -----

----- O Senhor Deputado Miguel Pinto fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde a todos. -----

----- O Bloco de Esquerda apresenta uma proposta no sentido de que a próxima sessão da Assembleia Municipal se realize em horário nocturno. Penso que é do interesse de toda a Assembleia que venham mais cidadãos participar, e, portanto, que seja aprovada por unanimidade essa proposta. -----

----- Em segundo lugar o Bloco de Esquerda vem falar mais uma vez sobre a questão do Parque dos Poetas. Apresenta uma moção de censura à Câmara pela forma como tem pautado o seu comportamento em todo este processo, deve-se dizer que este assunto começou muito mal. Começou por um acordo de cavalheiros, um projecto aprovado em violação do PDM, uma queixa do Ministério Público que obrigaria à suspensão das obras e ao não acatamento pela Câmara ou estar contra a recomendação do Bloco de Esquerda. Portanto apresenta esta moção de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

censura. -----

-----O Bloco de Esquerda também quer falar sobre a Cidade Judiciária para dizer algumas coisas: -----

-----Primeiro desmentir o desmentido do demissionário Ministro da Justiça que teve “a lata” de fazer uma nota de imprensa a dizer que tinha havido concurso público para a “Cidade Judiciária”, o que está em completo desacordo com a resolução do Conselho de Ministros que aprovou a construção da “Cidade Judiciária”. -----

-----Segundo, que o Ministério da Justiça recorreu da suspensão da providência cautelar para o Tribunal Central Administrativo, em que é acusado pelo Ministério Público, já não são apenas os cidadãos, o Ministério Público do Tribunal Central Administrativo de ter iniciado os trabalhos sem autorização prévia do Ministério do Ambiente, sem audiência da Câmara e da Delegação Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território. É acusado o Ministério da Justiça de subversão do princípio da separação dos Poderes do Estado, é acusado juntamente com o Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial do Ministério da Justiça de litigância de má-fé, é a anterior Ministra da Justiça acusada de uma posição arrogante e de sistemático desprezo pela Lei e pelos demais intervenientes processuais, apesar disso continuaram as obras, apesar de haver a providência cautelar e que o próprio Ministério Público pede a condenação do Ministério da Justiça. Portanto, assim se vê como é que vai a justiça quando o Ministério da Justiça actua desta forma.-----

-----Por último, breves palavras sobre as eleições. Sobre as eleições no Concelho de Oeiras porque é isso, parece-me, que importa mais a todos nós. O Bloco de Esquerda consolidou-se como a quarta Força Política em Oeiras, apenas a trezentos votos da terceira Força, com subidas em todas as freguesias, em todas as cento e quarenta mesas do Concelho de Oeiras, com subidas mais acentuadas na mesa de cada local onde votam os jovens e é nos jovens que está o futuro, e que se abrem excelentes perspectivas para o Bloco de Esquerda nas próximas

eleições autárquicas. Certamente, a partir de Outubro, haverá um Vereador do Bloco de Esquerda. Muito obrigado.”-----

5.8. Sr. Vidal Antão (PS) -----

----- O Senhor Deputado Vidal Antão fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa tarde a todos. -----

----- O Partido Socialista queria, desde já, agradecer os votos de felicidades e de parabéns que foram aqui invocados no decorrer das eleições de vinte de Fevereiro passado. Queremos fazer sobre este ponto uma abordagem muito breve, dizendo que de acordo com as informações que temos, as eleições correram muito bem no Concelho bem como em todo o País. Existem, efectivamente, vencedores, existem vencidos mas o regime democrático tem destas coisas, não há excluídos, portanto, ninguém está excluído de trabalhar em prol do País a partir de agora. A Direita perdeu, a Esquerda ganhou, como disse José Miguel Júdice na última edição da “Visão”: “O povo português é sábio, Portugal é uma Nação valente”. Existe uma tarefa enorme pela frente, face à situação de descalabro em que a coligação de Direita deixa o País, daqui para frente não falaremos noutra coisa que em trabalho, é isso que se pede a todos os portugueses.-----

----- Queria levantar uma questão, a nível do Concelho, que se prende com os moradores da Rua Amândio César, na Outurela, e isto é uma questão muito directa à Senhora Presidente da Câmara: -- -----

----- Como a Senhora Presidente sabe a ribeira de Outurela foi desviada do seu curso normal e foi construído um bloco de prédios, nesta Rua Amândio César, que estão constantemente confrontados com inundações das caves e das garagens. Existe um auto de embargo das obras de desvio e regularização da Ribeira de Outurela em Outubro de dois mil e um pelo Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, isto não impediu que a Câmara Municipal continuasse com estas obras. Existe também, já em Janeiro deste ano, uma fiscalização às obras do aterro da futura Via Longitudinal Norte, em que o Ministério do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Ambiente lembra a Senhora Presidente da Câmara, através de fax, que as obras devem ser suspensas. Os moradores tiveram hoje uma reunião no Ministério do Ambiente e eu acabei de ter a informação que o Ministério do Ambiente considera que a obra é ilegal, ou seja, está embargada. No entanto, existem máquinas na zona e a obra continua, portanto, gostaria de ser informado muito directamente pela Senhora Presidente de qual é a posição da Câmara sobre esta situação, até porque os moradores muitas vezes, penso que pelo menos umas duas ou três vezes, pediram audiência à Senhora Presidente para tratarem deste assunto e nunca receberam indicações de poderem ser recebidos. Portanto, agradecia informações sobre isto. Muito obrigado:"-----

5.9. Sr. Reis Marques (PS) -----

-----O Senhor Deputado Reis Marques fez a seguinte intervenção:-----

-----“Muito boa tarde Senhora Presidente, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, meus Senhores e minhas Senhoras.-----

-----Hoje apetecia-me começar como alguém dizia há alguns tempos, o que eu gostaria de não ser oposição, em tempos alguém me disse: “Como eu gostaria de ser oposição”, é nestas coisas que nos entendemos. -----

-----Senhor Presidente também eu pergunto porque é que não recebi até agora resposta a quatro requerimentos, que estão entregues há vários tempo, alguns há anos. Um é complicado, eu entendo mas são quatro requerimentos que ainda não foram respondidos. -----

-----Depois gostaria de saber o que é que se passa com o abaixo-assinado de um conjunto de moradores que vivem na Rua Eduardo Brasão em Linda-a-Velha, junto da estrada das Biscoiteiras, e, este assunto tive o cuidado de indagar e de avisar o senhor Assessor da Senhora Presidente que havia esta movimentação. Ainda ontem à uma da manhã lá fui visitar e ainda não está nada resolvido, tudo está na mesma. Se tiver dúvidas tenho aqui o abaixo-assinado, pode voltar a tirar uma cópia e entregar aos Senhores Vereadores e à Senhora Presidente. Esta é uma

situação. -- -----

----- Senhora Presidente gostaria muito, depois de algumas coisas que lemos na comunicação social, que a Senhora Presidente aqui pudesse esclarecer esta Assembleia a razão porque é que a Senhora Presidente e a Câmara suspendeu o avanço, a construção do Fórum Oeiras? Visto que é uma das coisas que a Senhora Presidente é acusada de não ter levado à prática, a Senhora Presidente e a Câmara, porque a Senhora Presidente sozinha, com certeza, não delibera. -----

----- Gostaria que a Senhora Presidente pudesse esclarecer a mim, ao Partido Socialista e a esta Assembleia o que se passa com o antigo espaço que era o Ribamar em Algés, hoje penso que se chama Jardim do Marquês, visto que há um processo, que se arrasta há anos, com o Senhor Horácio, antigo concessionário, que diz que a Câmara até agora já perdeu nas várias instâncias judiciais e que o anterior Senhor Presidente, não a Senhora Presidente, nunca cumpriu a palavra que lhe deu. -----

----- Por último gostaria de lhe pedir se, a Senhora Presidente, podia entregar ao Partido Socialista uma cópia da auditoria que a Senhora Presidente remeteu ao Ministério Público, se é verdade que a remeteu. -----

----- Gostaria, ainda, de deixar aqui a minha indignação sobre o processo eleitoral que decorreu em Oeiras, não sobre o processo mas sobre o processo consequente, que é a Comissão de Apuramento das Mesas. Fui chamado na sexta-feira, por telemóvel, para vir a Oeiras levantar os votos da minha mesa para ir com eles à Comissão de Apuramento hoje, que os meus votos estavam errados e que não estava certa a minha mesa. Para espanto meu, quando lá cheguei hoje havia um envelope A4 da Câmara Municipal, que dizia: "Mesa décima terceira", com votos de uma Força Política válidos, nulos e brancos e eu disse: Isto não pode ser, os votos estão aqui em meu poder lacrados, no outro não vinham esses votos, como é que alguém na Câmara pode mandar a esta Comissão de Apuramento votos que pertencem a uma urna?" Tive que os contar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

todos à frente da Senhora Juíza, passei lá toda a manhã, o que vai acontecer é que vão ter que contar os votos todos de Oeiras, porque há lá votos válidos de uma Força Política, nulos e brancos. Diz que os encontraram nos papéis que lá ficaram na Escola Secundária. Agora por graça ou por obra e arte foram calhar na mesa treze, que era a minha. Costuma-se dizer que a mês treze é a mesa do azar mas, de facto, a mesa treze era presidida pelo Reis Marques. Tenho dito.”-----

5.10. Sr.^a Ermelinda Oliveira (CDU) -----

----- A Senhora Deputada Ermelinda Oliveira fez a seguinte intervenção: -----

----- “Ermelinda Oliveira, CDU. -----

----- Gostaria de solicitar à Câmara, caso seja possível, se me pode informar, no concreto, o que é que se passa com o núcleo em Leceia, o chamado “Lugar de Baixo”. Em tempos, segundo informação dos moradores, a Câmara informou que iria ser instalado um gabinete de estudos para a recuperação daquele núcleo na colectividade. Já lá vão meses ou anos, o gabinete nunca apareceu, consta-se que há moradias que têm que ser demolidas, os moradores continuam a investir em melhoramentos mas estão preocupados com a incerteza. Gostaria, de facto, que a Câmara me informasse no concreto o que é que se passa, o que é que está previsto, se há moradias que vão ser demolidas ou não, se o gabinete vai ser instalado ou não, se já desistiram, o que é que se passa para que possa sossegar, pelo menos, alguns moradores que estão altamente preocupados com a situação. Muito obrigada.”-----

5.11. Sr.^a Cláudia Monteiro (PS) -----

----- A Senhora Deputada Cláudia Monteiro fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Presidente. Muito boa tarde.-----

----- Gostaria de levantar três questões: -----

----- A primeira é referente a obras que são realizadas na via pública, na estrada Consiglieri Pedroso na localidade de Queluz de Baixo, Freguesia de Barcarena. De acordo com

as informações cedidas pelos SMAS de Oeiras, estas obras decorrem mais ou menos há cinco semanas, aproximadamente, para renovação do ramal que abastece a água naquela zona da freguesia devido a uma suposta rotura. A questão é, e sublinho, levantada por diversos Municípios a do incómodo causado pelos diários cortes de água, inclusivamente aos fins-de-semana, durante cinco a seis horas aproximadamente com tudo o que daí advém e que de acordo com os SMAS não se prevê ainda sequer um prazo de conclusão para estas obras. Esta imprevisibilidade de certeza que será causada pela ausência de trabalhadores que nunca se vêem, vêem-se, de facto, máquinas, vê-se muito material mas não se vê uma única pessoa durante os dias inteiros nesta rua para tentar resolver a questão. Este é um problema. -----

----- O segundo problema advém de obras de edificação de um imóvel, creio de cinco andares, sita na estrada da Portela em Carnaxide. Esta obra não tem afixada qualquer publicitação do número de alvará de construção ou quaisquer dados ou informações do proprietário da obra ou do empreiteiro da mesma. Também não estão compreendidas quaisquer medidas de segurança na via pública no que respeita aos Municíipes e relativamente aos veículos que ali estão estacionados. A questão é que já resultaram daqui vários danos materiais nas viaturas e incómodos aos Municíipes. Chamada a intervir a Polícia Municipal, agora vem a grande questão e a gravidade, os Agentes responderam, da Polícia Municipal mais uma vez digo, não estar obrigada aquela obra à publicitação, bem como as medidas de segurança que não estão compreendidas, em desrespeito pelos termos previstos no Decreto-Lei quinhentos e cinquenta e cinco de noventa e nove alterado pelo cento e setenta e sete de quatro de Junho de dois mil e um. Estas informações, de que não era obrigada a publicitação, foram cedidas pelo Agente Nuno Garrido e pela Agente Marília. Chamada a P.S.P. também relativamente a esta questão, a P.S.P. disse que os Agentes deviam estar mal informados e já se encontram várias queixas e reclamações junto da P.S.P. também.-----

----- O terceiro problema, que levanto, é que o Partido Socialista visitou a colectividade



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

“Os Fixes”, situada em Queluz de Baixo, foi-nos chamado à atenção, pelo Presidente, duas questões: -----

----- Primeira: Um telheiro sobre o ringue, que já foi solicitado à Câmara Municipal há vários anos. Este telheiro é muito importante para a prática de vários desportos. O problema é que a licença não é dada pela Câmara porque supostamente este telheiro iria tapar o sol ou a luz a um prédio contíguo que, por acaso, foi construído posteriormente ao ringue.-----

----- O segundo problema, que foi levantado pelo Presidente desta colectividade: A Câmara Municipal pediu autorização, há alguns anos, creio eu, para a realização de festas no mesmo citado ringue da colectividade. Destas festas resultaram alguns danos no piso do espaço, danos de que a Câmara Municipal se responsabilizou, comprometendo-se a repará-los. O problema é que subsiste esta situação e a Câmara ainda não fez nada e o ringue continua com o piso estragado. -----

----- Gostaria de saber qual é a posição da Senhora Presidente face a todas estas questões. Muito obrigada.” -----

5.12. Sr. João Viegas (PS) -----

----- O Senhor Deputado João Viegas fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, não queria deixar de o felicitar e desejar-lhe as maiores felicidades, pessoalmente, para as batalhas que corajosamente empreendeu para bem do País.-----

----- Felicitar também os Vereadores, Senhora Presidente de Câmara, os funcionários da Assembleia Municipal, os Senhores Deputados e congratular-me com a presença de Municípios, que penso que só vem dignificar esta casa, a democracia e o País e, em concreto, o Concelho.----

----- Dois pontos muito rápidos. Antes de mais... (**Mudança de cassete**) ...de ultrapassadas em prol do bem comum das populações. Mas em relação à questão das mesas de voto, nós, Partido Socialista, não poderíamos deixar passar em claro que este foi o Concelho e

mormente todos nós que aqui estamos já tenhamos estado nas mesas de voto sem receber dinheiro, por uma questão de sentido cívico, e mormente também o dinheiro que é pago pelos cidadãos que estão nas mesas de voto, enfim, é simbólico, provavelmente não é a contrapartida ou o incentivo que leva as pessoas às mesas de voto, há um sentido de cidadania, não podíamos deixar de expressar o nosso desagrado por ter sido o último Concelho da Área Metropolitana a pagar às pessoas o acto eleitoral, neste caso das Europeias. A informação que temos é que o dinheiro foi recebido em Dezembro e o facto é que foi pago a trinta e um de Janeiro. -----

----- Nós queríamos apresentar uma sugestão, aliás praticada por outros Concelhos de diversos Partidos, portanto, estamos a falar do Concelho de Cascais, do Concelho da Amadora, do Concelho de Lisboa, onde as Câmaras, e penso que bem, adiantam aos cidadãos, que estão nas mesas de voto, esse pagamento. Algumas delas, se calhar, com algum exagero no próprio dia, no final do dia os Presidentes de Junta pagam aos cidadãos. O que nos parece errado é..., aliás tem sido uma prática geral da Câmara de Oeiras neste aspecto, isto apenas seria um contributo, um apelo para melhorar e incentivar a participação dos cidadãos neste acto tão importante, estruturante da democracia que são as eleições. Estamos a falar, grosso modo, de cinquenta mil euros, portanto, penso que para um orçamento de cento e oitenta milhões de euros que a Câmara tem, é uma quantia irrisória e penso que seria uma sugestão que o Partido Socialista deixava para o executivo camarário reconsiderar e pôr em prática. -----

----- Em concreto, em relação às questões políticas, infelizmente para o Concelho continuamos a ter um elevador vazio em Paço de Arcos, poderá contribuir para a EDP, para os rendimentos, andam para cima e para baixo entre o Oeiras Parque, mas é um assunto que preocupa o Partido Socialista, tem preocupado desde a sua génesis, e, portanto, nós gostaríamos de, o ano acabou, o ano de dois mil e quatro, penso que já haverá alguns dados, já haverá informações concretas e oficiais e a nossa pergunta vai no sentido de saber para quando o envio a esta casa dessa informação, dos resultados obtidos pelo funcionamento deste "elefante branco"



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- chamado SATU. É só, muito obrigado."-----

5.13. Sr. Custódio Paiva (J.F. Barcarena) -----

----- O Senhor Deputado Custódio Paiva fez a seguinte intervenção: -----

----- "Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Deputados. -----

----- Muito rapidamente queria dar um pequeno esclarecimento a uma questão que trouxe aqui a Dona Ermelinda Oliveira. Esclarecimento esse que se relaciona com o "Lugar de Baixo" e projecto de requalificação de toda aquela zona. Como a Dona Ermelinda sabe, já há bastantes anos que a população de Leceia vem reivindicar para que toda aquela zona fosse requalificada, motivado por algumas construções que foram ali feitas ilegalmente e por essa razão eu desde que cheguei a Presidente de Junta, perante a Câmara, perante a Senhora Presidente, tenho procurado que, de facto, se chegasse a uma conclusão. Conclusão de então a requalificação de toda aquela zona fosse feita, o mais rápido possível. Enquanto a Dona Ermelinda traz aqui a questão sobre o problema dos moradores, isso já se passou comigo há alguns meses, que tive conhecimento e que imediatamente alertei a Câmara, falei com o Senhor Vereador Rui Soeiro, procurei agendar uma reunião com ele e com uma comissão de moradores, que se formou de Leceia. Essa reunião já foi feita no gabinete do Senhor Vereador e o Senhor Vereador transmitiu-me a mim Presidente da Junta e aos moradores que iria fazer tudo para que rapidamente essa situação fosse resolvida a bem dos moradores e para bem de Leceia, por isso esse problema, claro que a Senhora Presidente se quiser adiantar, claro que vai adiantar mais alguma coisa sobre este problema mas o Presidente da Junta tem estado com muita atenção quanto a esta questão e a este problema de Leceia. Muito obrigado." -----

5.14. Sr. Jorge Pracana (PSD) -----

----- O Senhor Deputado Jorge Pracana fez a seguinte intervenção: -----

----- "Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Antes de mais gostaria de trazer aqui a esta Assembleia um voto de regozijo pelo aniversário de uma das mais prestigiadas colectividades deste Concelho: o Sport Algés e Dafundo. -----

----- Parece-me de toda a justiça salientar todo o contributo que esta associação tem dado para o desenvolvimento do desporto no Concelho e, inclusive, com incidência a nível nacional. E entendo que, nós nesta Assembleia não podíamos deixar passar esta efeméride sem que a ela se fizesse referência. Bem-haja pois a esta associação e que por muitos e bons anos continue a promover o desporto em Portugal. -----

----- Em segundo lugar gostaria de perguntar à Câmara o que está previsto executar nos terrenos que, creio, foram adquiridos junto à rotunda ou praça das Cidades, terrenos onde estavam implantados uns barracões de uma fábrica e onde neste momento está um lindo jardim mas que se verifica que não é de intervenção humana. Gostaria, realmente, que a Câmara esclarecesse se aquilo é para zona verde ou o que é que se pretenderá ali fazer. -----

----- Gostava, também, de ser esclarecido relativamente a algumas obras que detectei, que estão a ser feitas na Piscina Oceânica, nomeadamente o que se pretende com aquelas obras e se elas procurarão, no fundo, melhorar o acesso ou dar uma maior dinamização. São obras na área do antigo restaurante, gostava que me fosse dada alguma explicação em relação a isso. -----

----- Gostava também, e aqui é voto de satisfação pelo que tem estado, de facto, a acontecer na zona de Barcarena, concretamente junto à rotunda. Tenho verificado que está a ser embelezada e ajardinada toda uma área subjacente à rotunda sita em frente à bomba de gasolina da Repsol e não podia deixar de relevar essa preocupação da Câmara, uma vez mais, em manter os espaços verdes e aqueles que por razões ainda o não são se transformem, de facto, em verdadeiros pólos de estética visual interessante para os Municípios. Mas, em simultâneo gostaria de ser informado se o antigo edifício da Cooperativa de São Pedro, que neste momento por contraponto em relação à área ajardinada defronte, o que é que se prevê para aquele edifício, se é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

para demolir, se é para aproveitar, se é para reconstruir. Gostaria, de facto, que fossem dadas algumas explicações em relação a isto. -----

----- Finalmente, até porque essa também é uma questão que hoje vem à Assembleia sobre a forma de Moção, gostaria que a Câmara explicasse a situação ou em que situação se encontra a segunda fase de edificação do Parque dos Poetas, que já uma vez veio aqui a esta Câmara e hoje volta aqui. -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente." -----

5.15. Sr. Presidente -----

----- O Senhor Presidente disse o seguinte: -----

----- "Antes de terminar as intervenções e antes de dar a palavra à Senhora Presidente da Câmara, o Senhor Deputado João Viegas pediu para fazer um pequeno aditamento. -----

----- Faz favor." -----

5.16. Sr. João Viegas (PS) -----

----- O Senhor Deputado João Viegas fez o seguinte aditamento: -----

----- "Só um minuto, Senhor Presidente. São duas notas e vêm um pouco a talhe de foice da intervenção do meu colega Deputado Jorge Pracana. Era também para relembrar que os "Unidos Caxienses" fizeram setenta e cinco anos de existência no dia um de Janeiro, e, portanto, também poderíamos perguntar à Câmara se está ao corrente desta data e se prevê algum incentivo ou algum apoio, algum carinho ao clube, porque penso que fazer setenta e cinco anos são umas bodas de diamante. -----

----- E por último, também, talvez porque o Sport Algés e Dafundo esteja empenhado nas comemorações do seu aniversário, também registar que não esteve disponível para receber os Vereadores do Partido Socialista em campanha. -----

----- Era só, muito obrigado." -----

5.17. ESCLARECIMENTOS DA C.M.O. -----

----- Perante as questões colocadas a Senhora Presidente da C.M.O. esclareceu o seguinte:

----- "Muito obrigada Senhor Presidente. Antes de mais muito boa-tarde a todos.-----

----- Também gostaria de felicitar o Partido Socialista pelos resultados alcançados, desejar as maiores felicidades.-----

----- Procurarei ser sintética, se bem que foram colocadas muitas questões, mas tentarei responder o mais rapidamente possível.-----

----- Começo exactamente pela primeira questão que me foi colocada e que tem a ver com as Auditorias à Habitação, concretamente à Habitação Social e muito em concreto ao Programa de Habitação Jovem.-----

----- Também li, como os Senhores Deputados leram, as notícias no "Expresso", devo dizer que fiquei bastante incomodada, tanto mais que este assunto foi tratado com a maior reserva, inclusivamente os Membros do Executivo estiveram reunidos à porta fechada, diria eu, numa reunião perfeitamente normal, isto é, numa reunião extraordinária em que haviam vários pontos para discutir, que normalmente são até discutidos na presença dos nossos serviços e nesse dia eu pedi-lhes, algo que não gosto nada de fazer, mas pedi-lhes, exactamente pelo melindre da questão, que não estivessem presentes e que deixassem, depois de uma primeira fase, apenas a cassete a gravar e depois seria dada às "Actas" para poder ser feita a acta sobre esta matéria. E, portanto, lamento também o que apareceu no "Expresso", e, sobretudo porque está tudo truncado, tendo em conta que pedi, de facto, que houvesse o maior sigilo sobre esta matéria.-----

----- Vou apenas dar conhecimento aos Senhores Deputados do conteúdo da Proposta de Deliberação, que levei a Câmara e sobre a qual depois o Executivo se debruçou e deliberou. Não foi, exactamente, de acordo com o que tenho aqui na Proposta, houve aqui um pequeno ajustamento, mas passo-vos a ler a Proposta para que não haja qualquer dúvida. Tenho pena que o Senhor Deputado David Justino não esteja presente mas terá oportunidade de ler a acta e de ver o conteúdo da Proposta. Então vou passar a lê-la: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----AUDITORIA CDH - HABITAÇÃO JOVEM, e foi apenas à Habitação Jovem.-----

-----Ponto A - Em face de vários rumores e vozes públicas que vinham pondo em causa o escrupuloso cumprimento da Lei, ao longo do desenvolvimento do programa de atribuição de Habitação Jovem do Concelho de Oeiras, e sendo nossa preocupação garantir uma política de rigor e transparência, determinei por Despacho de seis de Agosto de dois mil e quatro a realização de uma Auditoria ao dito programa. -----

-----Nesses termos, considerando que o Município não tinha estrutura humana nem logística para a realização de tal controlo, considerando a necessidade então e agora sentida de garantir uma célere obtenção de conclusões que permitissem a necessária tomada de decisões no caso de serem detectadas irregularidades; -----

-----Considerando que o carácter temporário dos serviços pretendidos, não justificava a contratação definitiva de técnicos com as habilitações necessárias à dita análise e estudo; -----

-----E considerando, por fim, que os trabalhos da Auditoria em questão deveriam ser realizados por uma entidade terceira, de modo a garantir a máxima imparcialidade, do mesmo passo que deveriam assegurar o maior sigilo possível no decurso dos trabalhos.-----

-----Ponto C - Procedeu a Câmara Municipal à aquisição de uma prestação de serviços externa, à "PRICEWATERHOUSECOOPERS", aquisição essa que foi precedida nos termos legais de um procedimento de consulta prévia.-----

-----Ponto D - O procedimento referido teve concretamente por objecto o fornecimento à Câmara Municipal da necessária prestação de serviços de auditoria, ao nível do controlo do cumprimento por parte dos serviços, das normas legais e regulamentares aplicáveis às candidaturas apresentadas no âmbito do denominado "Programa de Atribuição de Habitação Jovem do Concelho de Oeiras".-----

-----Ponto E - O controlo que constituía o objecto da dita Auditoria, pretendeu, em especial, nos expressos termos do procedimento do concurso referido, verificar se as pontuações

atribuídas aos concorrentes, no âmbito do identificado programa, e consequentemente determinantes das listas de classificação final dos concorrentes, haviam sido ou não correctamente atribuídas, do mesmo passo apurando se os documentos legal e regulamentarmente necessários haviam sido ou não apresentados por todos os concorrentes. Anotando-se os casos em que assim não tivesse acontecido e indicando, se possível, se tal situação teria determinado alterações à pontuação atribuída nas classificações elaboradas pelos serviços camarários.

----- Alínea f) Uma vez realizados os trabalhos referidos, e como modo de validar/conferir os resultados obtidos, foi solicitada à adjudicatária a realização de um alargamento ao objecto da prestação de serviços, originariamente contratados. Alargamento esse que teve por objecto a realização do mesmo tipo de análise atrás descrita, mas desta feita tendo por objecto o grupo dos candidatos desistentes e dos candidatos não merecedores de atribuição de habitação, no âmbito de tais programas. Isto é, foi propósito de tal alargamento, do objecto de Auditoria, permitir-se utilizar os grupos de candidatos desistentes e de candidatos não merecedores de atribuição de habitação, como grupos de controlo, em relação ao acervo de candidatos a quem foram atribuídos fogos, no âmbito de tais programas de habitação, de modo a que os resultados da Auditoria realizada a este último grupo pudessem ser comparados com os resultados que viesssem a ser obtidos da Auditoria a realizar aqueles dois primeiros grupos indicados.

----- Os resultados de tal Auditoria encontram-se corporizados em dois relatórios relativos a cada uma das fases do trabalho referido. Os empreendimentos ou programas de habitação, relativamente aos quais a análise foi efectuada e as fases dos trabalhos realizados foram os seguintes:

----- Empreendimento ALTO DOS BARRONHOS - FASE I:

----- Parte um da Auditoria - Eram concorrentes a quem foram atribuídos fogos, independentemente de posterior desistência pelos próprios da atribuição feita, analisados



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

separadamente em cada uma das seguintes tipologias de habitações: Tipologia de Habitação T1, Tipologia de Habitação T2. -----

----- Parte Dois da Auditoria - Demais concorrentes não ilegíveis, analisados separadamente em cada uma das seguintes tipologias: T1 e T2. -----

----- Empreendimento LAGOAS PARQUE: -----

----- Parte Um da Auditoria - Concorrentes a quem foram atribuídos fogos, independentemente de posterior desistência pelos próprios da atribuição feita, analisados separadamente em cada uma das seguintes tipologias de habitação: T0, T1 e T2. -----

----- Parte Dois da Auditoria - Demais concorrentes analisados separadamente em cada uma das seguintes tipologias de habitação: T0, T1 e T2. -----

----- Empreendimento ALTO DOS BARRONHOS - FASE II: -----

----- Parte Um da Auditoria - Concorrentes colocados em lugar ilegível e concorrentes não ilegíveis, que tenham sido graduados nos lugares imediatamente seguintes aos ilegíveis em número igual a cinquenta por cento do número dos ilegíveis anteriormente determinados, analisados separadamente em cada uma das seguintes tipologias de habitação: T1 e T2. -----

----- Parte Dois da Auditoria - Demais concorrentes não ilegíveis, analisados separadamente em cada uma das seguintes tipologias: T1 e T2. -----

----- A utilização de tal universo de análise permitiu, portanto, comparar o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, no que respeita a todos os tipos de candidatos aos programas de habitação em apreço, fossem candidatos beneficiados com a atribuição de habitação, fossem candidatos não beneficiados com tal atribuição, seja por desistência, seja por exclusão. - -----

----- Esclareça-se que a análise da Auditoria realizada foi efectuada seguindo os seguintes pontos:-----

----- Preferência de tipologia por parte dos candidatos; -----

----- Data de nascimento; -----

----- Comprovativo de estatuto de estudante;-----

----- Comprovativo de estatuto de trabalhador; -----

----- Certificado de residência. -----

----- Assim que as conclusões da Auditoria tenham sido elencadas, nos mesmos termos, portanto, erros de preferência de tipologia solicitada pelos candidatos, erros na data de nascimento, falta ou desactualização do comprovativo do estatuto de estudante, falta ou desactualização do comprovativo de estatuto de trabalhador, ausência ou desactualização do certificado de residência. -----

----- Recebidos os resultados da Auditoria e considerando terem sido detectados casos subsumíveis aos referidos na alínea l) retro, ao nível da introdução de dados dos candidatos, por parte dos serviços, não pode a Câmara Municipal deixar de desencadear os mecanismos legais necessários em ordem ao apuramento de eventuais responsabilidades, isto além de proceder à redefinição dos critérios e procedimentos para atribuição de fogos pelo Município. -----

----- Nestes termos, considerando a exposição que antecede nos termos do disposto no artigo sessenta e oito, número um, alínea a) da Lei cento e sessenta e nove de noventa e nove de dezembro de Setembro, informo a Câmara Municipal da situação de facto atrás descrita. Consequentemente e com base nos mesmos pressupostos proponho à Câmara que aprove a realização de Auditoria interna aos serviços, a ser conduzida pelo Senhor Auditor Municipal, para apuramento de eventuais responsabilidades disciplinares, tendo presente a evolução temporal dos diferentes tipos de erro, as diferenças percentuais entre os diferentes tipos de erro por relação com os diversos empreendimentos e respectivas características. -----

----- Aprove a participação à Procuradoria-Geral da República do teor da presente Deliberação e do teor integral dos relatórios da Auditoria para os efeitos legais que forem tidos por convenientes. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----Aprove a realização do mesmo tipo de auditorias, ora levada a efeito, por recurso à mesma entidade externa, nos termos legais relativamente a todos os programas de venda de fogos iniciados e/ou desenvolvidos pelo Município a partir de Janeiro de mil novecentos e noventa e oito.-----

-----Acabei de vos ler a Proposta que fiz à Câmara Municipal, não posso, como imaginarão, nem eu fiquei com eles em meu poder, mas tem a Câmara guardados, os relatórios que quer eu quer o Senhor Vereador da Habitação tivemos oportunidade de ler. Onde, como aqui é referido, estão listados e não foram postos os problemas detectados, em termos de Proposta de Deliberação porque achámos que não era aconselhável fazê-lo, e, portanto, os relatórios ficaram reservados e foram entregues à Procuradoria-Geral da República através de uma queixa que o advogado, que tem dado apoio a esta matéria, fez e entregou na passada sexta-feira.-----

-----Não adianto mais nada sobre esta matéria, sobre esta matéria dos relatórios porque considero que não é de avançar e, portanto, não o farei. Daí não poder satisfazer a pretensão do Senhor Deputado Reis Marques, creio que foi o Senhor Deputado Reis Marques que solicitou cópia dos relatórios. -----

-----Portanto, que fique bem claro que se tratava de um programa de habitação jovem, com atribuições entre dois mil e um e dois mil e quatro, exactamente porque, pelas razões que apontei de início, havia rumores, e eu nestas coisas pauto-me por rigor, transparência e se há rumores há que verificar o que se passa. Foi isso, exactamente, que fiz.-----

-----Poder-me-ão perguntar porquê a minha Proposta dizer "mil novecentos e noventa e oito", foi isso que expliquei aos Senhores Vereadores. Dado que esta Auditoria recaiu sobre um período de dois mil e um a dois mil e quatro, eu quero saber o que se passou sobre esta matéria desde o momento em que entrei na Câmara Municipal como Vereadora, e, portanto, achei que as situações que foram aqui detectadas eram suficientemente graves, como podem depreender porque senão eu não tinha comunicado à Procuradoria-Geral da República, para nós ficarmos

perfeitamente tranquilos e se queremos transparência e se eu me pauto por essas regras, não podia, e para agir de acordo com a minha consciência em conformidade com aquilo que acho que deve ser feito, disse e propus que fosse recuada esta Auditoria à venda e a mil novecentos e noventa e oito, data em que comecei a participar no Executivo desta Câmara Municipal. Noutra qualidade é certo mas que participei. -----

----- Em plena Câmara Municipal e em reunião de Câmara, os Senhores Vereadores do Partido Socialista, uma vez que solicitaram que esta Auditoria fosse mais recuada no tempo, mais concretamente a mil novecentos e noventa e quatro e para a parte de realojamento e para a parte de venda. Eu não me pronunciei, na altura, relativamente a noventa e quatro porque expliquei-lhes porque é que queria o mil novecentos e noventa e oito e disse-lhes que, também nessa altura mesmo antes de ouvir o resto dos Membros do Executivo, não considerava que as coisas devessem correr em simultâneo, realojamentos e venda porque são coisas distintas e querer-me-íá parecer que a situação das vendas poder-se-ia considerar mais preocupante. Os Senhores Vereadores do Partido Socialista também justificaram porquê a proposta de noventa e quatro, porque neste Executivo havia dois elementos que tinham vindo do mandato de mil novecentos e noventa e quatro. E, da mesma maneira que eu, que entrei na Câmara Municipal em mil novecentos e noventa e oito, queria ver este período perfeitamente claro sobre esta matéria, também achavam que devíamos recuar a noventa e quatro dado que dois elementos deste Executivo entraram na Câmara, como Membros do Executivo em noventa e quatro. Assim sendo, foi considerado que era a prática correcta por unanimidade e, portanto, o que saiu da Câmara, não a alteração da Proposta porque a minha Proposta é de noventa e oito, pelas razões que vos disse, mas o Executivo deliberou por unanimidade recuar a mil novecentos e noventa e quatro. -----

----- Estes foram os factos, e, portanto, não ficaria tranquila com a minha consciência se não vos dissesse o que se passou e não vos explicasse o porquê de não vos dar mais dados sobre



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

os relatórios, em sede própria estas coisas são discutidas, nós não somos, de facto, a sede própria para discutir estes aspectos e para vermos, nem sequer como disse há pouco e tive essa preocupação, nem sequer na Proposta de Deliberação revelar o tipo de erros ou de eventuais irregularidades que foram detectadas, nem sequer isso aí foi colocado para que não houvesse nada que ali pudesse transparecer. Transparece, obviamente, o facto daquela alínea em que se propõe a remessa à Procuradoria-Geral, é porque há qualquer coisa, certamente, que está menos bem. -----

-----E, portanto, isto é o que se passa. Estou perfeitamente tranquila porque comecei, exactamente, por fazer aquilo que a minha consciência me ditava, exactamente a este período em que cá estava, e, assim certamente que não iriam ficar quaisquer dúvidas no ar. Lamento, como já disse no início, porque acho que governar na praça pública é complicado, portanto lamento que esta situação, sobre a qual pedi o maior sigilo, tivesse sido tratada no jornal deste fim-de-semana e da forma como o foi. Mas isso já sou alheia a todas essas coisas e sobre essa matéria não me poderei pronunciar porque não me pronuncio sobre as coisas que não sei.-----

-----Relativamente à Cidade Judiciária posso apenas dar uma informação actualizada, recordar-se-ão todos do resultado da reunião havida com o Senhor Ministro da Justiça, no dia nove de Novembro de dois mil e quatro, aquela reunião que pedi a dezassete de Setembro e que se realizou no dia nove de Novembro. Todos saberão, certamente, o que é que eu disse na reunião seguinte da Assembleia, pus-vos a par do que tinha acontecido e que vinha optimista relativamente àquilo que tinha ouvido e, portanto, ficava a aguardar uma segunda reunião com o Senhor Ministro da Justiça sobre esta matéria. -----

-----Assim sendo, posso-vos informar que não houve segunda reunião mas da evolução do processo tenho-vos a dizer o seguinte: -----

-----Os cidadãos de Caxias, aquele movimento de cidadãos solicitou a intervenção do Tribunal de Sintra para fiscalizar a eventual violação, por parte do Ministério da Justiça e da

Teixeira Duarte, da providência que foi decretada. A CMO também foi ouvida e juntou fotografias, em catorze de Janeiro de dois mil e cinco, e nós fomos notificados dessa situação apenas em dez de Fevereiro de dois mil e cinco, mas dizia que em catorze de Janeiro de dois mil e cinco o Tribunal de Sintra ordenou diligências de investigação para saber se as obras que foram realizadas depois de decretada a providência cautelar, se estavam de acordo ou não com aquelas preocupações ou se eram necessárias, melhor dizendo, ou se eram excessivas para assegurar a segurança de pessoas e bens, que era a única situação que poderia justificar o avanço dessas obras. E, portanto, sabemos que foi solicitado a um perito do LENEC que fizesse essa avaliação e aguardamos informações do resultado dessa perícia. O que sabemos é que a providência cautelar continua decretada e que a acção principal segue a tramitação normal nestes casos e aguarda-se a marcação de julgamento. -----

----- De qualquer forma gostaria de tornar a referir que a Câmara Municipal foi considerada parte ilegítima e, portanto, nós temos apenas junto elementos ou participado em obediência ao princípio de colaboração com o Tribunal de Sintra. Apenas e só esta nossa posição. -----

----- Quanto ao processo de revisão do PDM dizer que a Comissão de Acompanhamento do PDM da Assembleia Municipal reuniu-se, sabe do ponto de situação, e reunir-se-á a oito de Março, e, será dada aos vários elementos que compõem a Comissão da Assembleia o ponto de situação dos trabalhos e inclusivamente já alguns relatórios de instrumentos que em paralelo estão a avançar. Certamente tiveram conhecimento, porque foi-vos comunicado, que houve aqui uma apresentação na passada sexta-feira, vinte e cinco de Fevereiro, do relatório quase final relativo à Carta de Competências, que desde logo nos apontam para determinados elementos importantes no estabelecimento de linhas estratégicas da revisão do PDM e, portanto, tudo isso são elementos que terão que ser trabalhados e que já vos podem ser fornecidos, porque também nos foram fornecidos e foram apresentados aqui nesta sala.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Relativamente ao Parque dos Poetas dizer que a primeira fase do Parque dos Poetas, não tenho agora aqui um valor exacto, mas ronda os dez milhões de euros, isto em termos de investimento inicial. Em termos do estádio municipal ronda um milhão de euros e o que está previsto para o concurso das bancadas; como sabem, tem tido várias vicissitudes, o valor estimado é de cerca de três milhões e quinhentos mil euros. -----

----- Relativamente às despesas de manutenção, recordam-se daquilo que disse e avancei como valor grosseiro a dada altura: de acordo com estimativas grosseiras que tinha feito, a manutenção anual do Parque dos Poetas, desta primeira fase, atirava-nos para qualquer coisa, e falando em contos, como cento e cinquenta mil contos. Tenho dados precisos para vos dar neste momento: - -----

----- Em dois mil e quatro gastámos com manutenção cento e setenta e um mil e cem contos, oitocentos e cinquenta e três mil e trezentos euros, falando em euros. -----

----- No ano anterior, dois mil e três, foi apenas metade do ano, como se recordam inaugurámo-lo em Junho, nós gastámos sessenta e quatro mil quinhentos e setenta e dois contos, ou seja, trezentos e vinte e dois mil e oitenta e quatro euros. -----

----- E para dois mil e cinco temos previsto qualquer coisa que ronda os oitocentos e nove mil, cento e oitenta euros. Portanto, isto desde contratos de manutenção quer de espaços quer de fontes, consumos de água, consumos de energia, vigilância, manutenção dos pavimentos e de outras coisas que existem todos os dias. Também a própria divulgação do parque e das iniciativas que se realizam lá, as próprias iniciativas, limpeza e todo um conjunto de despesas que são despesas correntes e que rondam, eu dizia que era uma estimativa grosseira porque gosto muito de avançar com números quando tenho a certeza deles mas, de facto, não era tão grosseira quanto eu vos disse, já sabia mais ou menos mas não quis avançar sem a qualificar de grosseira naquele momento, portanto, como costumo dizer, o problema põe-se mais na manutenção e nas despesas que a manutenção acarreta do que propriamente no investimento inicial, sabendo que o

investimento inicial é importante e, portanto, é preciso cuidado. -----

----- Relativamente à segunda fase do Parque dos Poetas, peço desculpa já que estou a falar no Parque dos Poetas alguém me fez essa pergunta, dizer-vos que a segunda fase do Parque dos Poetas o projecto, eu pedi para me começarem a preparar tudo para ser lançado um concurso público para a elaboração do projecto, neste momento ainda dum forma não oficial mas há dúvidas sobre se é possível ou não lançar o concurso público ao projecto, tendo em conta que teria havido, quando foi do lançamento do projecto da primeira fase do Parque dos Poetas, ali logo à partida, um compromisso de desenvolvimento do projecto da segunda fase pela mesma equipa, é isso que está a ser visto e, portanto, ver se, se pode ir para o regime que acho mais adequado ou não, isso é o que está também a ser estudado. -----

----- De qualquer forma, a segunda fase são os quinze hectares que faltam fazer e que é para ir para a frente dum forma ou de outra, consoante aquilo que for o mais adequado e, portanto, está a ser objecto de análise jurídica sobre essa matéria. -----

----- Relativamente aos requerimentos por responder, tenho aqui uma lista e não sei se são estes, e portanto agora não vou ver, mas em Janeiro vieram quatro respostas a requerimentos, creio que do Senhor Deputado Reis Marques. Também no caso que há pouco falámos, a título de exemplo, e que tem a ver com os termos de referência do Jamor, foi assim que foram chamados, eles próprios, esses termos de referência fazem parte de uma acta de reunião de Câmara, que já cá está na Assembleia, portanto, não percebo porque é que os termos de referência não foram mandados. De qualquer forma peço à Dr.^a Helga que creio que não está, mas às Senhoras das actas que transmitam, está o meu Departamento de Administração Geral, está a Dr.^a Paula Saraiva, e peço-lhe para ver que requerimentos estão em falta porque não sei se se estão a referir a alguns dos que foram enviados em Janeiro ou a alguns que nós pensámos que estavam respondidos, exactamente como este, porque fazem parte das actas de reunião de Câmara onde foram apresentados. Mas vou ver relativamente a isso. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----Relativamente ao viaduto sobre a A5, ali na baixa da Outurela, dizer que estamos a aguardar um parecer da CCDR sobre essa matéria para poder avançar com aquela ligação. Registei alguns elementos que me foram referidos.-----

-----Relativamente ao projecto de viaduto, que há pouco foi referido, na Norton de Matos, isso só temos ali o canal reservado e, portanto, neste caso temos que aguardar pela CARRIS e pelo METRO que é quem está a coordenar este processo do eléctrico, do Transporte Colectivo em sítio próprio. E, portanto, estamos a aguardar reuniões sobre essa matéria para podermos ter elementos para fornecer aos Senhores Deputados.-----

-----Relativamente a um problema que aqui foi levantado pelo Bloco de Esquerda e depois acabou também por ser levantado por outros Senhores Deputados, quanto ao vulgarmente designado alvará do Jardim dos Arcos e que se prende com a moção de censura. Como sabem este assunto está em tribunal, nós na sequência da acção administrativa especial que foi interposta pelo Magistrado do Ministério Público, respondemos ponto a ponto e, portanto, isto está em tribunal para ser analisado, em que contrariamos ponto a ponto aquilo que é referido e damos argumentos, mas isto está em tribunal, o tribunal irá decidir pura e simplesmente.-----

-----Relativamente ao embargo das obras devo dizer que inclusivamente já estava feito, e tenho aqui o projecto de embargo para poder ser assinado, mas de qualquer forma pedi para me fazerem uma informação jurídica sobre esta matéria e passo-vos a ler a informação:-----

-----Foi-nos solicitada uma informação se existiria para a Câmara Municipal de Oeiras a obrigação legal de proceder ao embargo de eventuais construções, que estivessem a ser executadas nos lotes relativos ao alvará de loteamento número dois, de dois mil e quatro. Tal solicitação surgiu, em consequência de um pedido de informação dirigido à Senhora Presidente da Câmara Municipal pelo Magistrado do Ministério Público, autor da acção administrativa especial em causa, que pretendia informações sobre o acatamento do embargo das obras e o estado das obras à data do embargo, mediante a elaboração do respectivo auto.-----

----- Ao Senhor Magistrado do Ministério Público foi respondido que a Câmara Municipal entende que o efeito suspensivo decorre directamente da citação do titular do alvará e que não tendo a ordem de embargo sido decretada pela Câmara Municipal, nem a suspensão da sua eficácia sido determinada por esta entidade, não competia à Câmara Municipal elaborar qualquer auto de verificação do estado das obras à data do embargo. Do mesmo modo lhe foi comunicado que não sendo a Câmara Municipal a entidade embargante, não lhe compete verificar, por sua iniciativa, se a ordem de suspensão das obras tem sido cumprida. Conforme foi referido em reunião realizada no gabinete de apoio jurídico, em dezasseis de dois de dois mil e quatro, em que estiveram presentes diversos serviços da Câmara Municipal, as obras de urbanização aprovadas e tituladas pelo alvará de loteamento dois de dois mil e quatro, já se encontravam executadas à data da interposição da acção administrativa especial em causa, pelo que o efeito automático da citação do alvará de licença de construção, a suspensão da obra, não terá tido efeitos úteis. Nessa mesma reunião foi referido que em dois dos lotes existem construções cujas obras não foram suspensas, estas edificações encontram-se tituladas por licença de construção e respectivo alvará número cento e vinte, de dois mil e quatro, do RGUE e alvará número cento e vinte e um, de dois mil e quatro, do RGUE, ambos de catorze de Setembro de dois mil e quatro. Os titulares destes alvarás são respectivamente as empresas: AQUICITY (Arquitectura de Cidades, Ld.^a) e MOMATE (Sociedade de Construções, Ld.^a), pessoas jurídicas distintas da entidade titular do alvará de loteamento dois, de dois mil e quatro, e que não citadas como contra interessadas na acção administrativa especial, interposta pelo Ministério Público, como o deveriam ter sido. De acordo com a informação fornecida ainda nessa reunião, os alvarás de construção originais integram o processo que foi remetido ao Tribunal, processo cento e oitenta e sete de dois mil e dois, composto por três volumes, dispondo nós apenas de cópias. As empresas em causa não estão abrangidas na ordem de suspensão dos trabalhos, pois não foram, como acima se referiu, citadas como contra interessadas na presente acção. A licença de que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

dispõem está em vigor e as obras encontram-se, ao que presumimos, a ser executadas de acordo com o projecto aprovado. A circunstância de tais licenças terem na sua origem um acto de licenciamento de um loteamento e de obras de urbanização, cuja legalidade se encontra a ser discutida e que tem os seus efeitos suspensos, não constitui fundamento legítimo para a Câmara Municipal determinar o embargo das obras que se encontram a ser executadas. Ora a prática de actos sem fundamento de facto ou de direito conduz à ilegalidade dos mesmos e à responsabilidade dos seus autores pela prática de actos ilícitos. No limite, o embargo daquelas construções poderia representar para a Câmara Municipal uma, neste caso duas, pois são duas as licenças emitidas, acções administrativas nas quais se cumulasse o pedido para anulação dos actos de embargo com indemnização a pagar pela prática de tais actos ilícitos. -----

----- Uma outra questão é a que se prende com considerações se a obra deveria ou não ser suspensa. Entendemos que, estando na posse do Magistrado do Ministério Público, autor na presente acção, todo o processo administrativo, onde se incluem as presentes licenças de construção e os alvarás referidos, é a esta entidade que compete solicitar ao Tribunal que cite os titulares dos alvarás como partes na presente acção, contra interessados, obtendo com essa citação o efeito suspensivo das obras. Se as licenças e os alvarás tivessem sido emitidos posteriormente à citação da Câmara Municipal ou tendo sido... (**Mudança de Cassete**) ...oitenta e quatro, número um, que determina que a Entidade Administrativa deve juntar não só o Processo Instrutor como também todos os demais documentos respeitantes à matéria do Processo de que seja detentora, a Câmara Municipal era obrigada a juntar tais elementos aos Actos. -----

----- Se conforme informação, que nos foi transmitida na citada reunião, tais elementos já se encontram no processo administrativo, não há fundamento para ser a Câmara Municipal alertar o Ministério Público para a sua existência, dado que eles já se encontram no processo. ---

----- Para todos os efeitos, e, como aqui se refere, no dia dez de Fevereiro foi enviado ao Excelentíssimo Senhor Procurador da República junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de

Sintra, o seguinte ofício:

----- Na sequência do ofício de Vossa Excelênci, referido supra, solicita-me a Senhora Presidente da Câmara de comunicar o seguinte: -----

----- Decorre da interposição da Acção Administrativa Especial proposta nesse Tribunal de Sintra e corre sob o número cento e trinta e quatro, zero quatro, OBESMT, a citação do titular do Alvará de Licença ou da Autorização para os efeitos previstos para o embargo. -----

----- Isto é, tal interposição obriga à suspensão imediata dos trabalhos de execução da obra, obrigação esta que tem como destinatário o titular da licença em causa. -----

----- A interposição da referida Acção tem como efeito imediato e automático a suspensão da eficácia da licença do loteamento urbano. -----

----- No entendimento que a Câmara Municipal tem dos preceitos, que consagram as normas acima assinaladas, não é necessário qualquer intervenção da Câmara para tais efeitos: suspensão dos trabalhos e suspensão da eficácia da licença se produzam. Todavia, e à cautela, a Câmara Municipal informou o titular do Alvará de Licença do Loteamento logo, em vinte e dois de Outubro de dois mil e quatro, que a eficácia da mesma se encontrava suspensa e que deveriam acatar a ordem do embargo produzido pelo Tribunal, conforme documento um. Não tendo a ordem de embargo sido decretada pela Câmara Municipal, nem a suspensão da eficácia sido determinada por esta Entidade, foi entendimento da Câmara que não lhe competia a elaboração do Auto de Verificação do estado das obras à data do embargo. Do mesmo modo, a Câmara Municipal, não sendo a Entidade embargante, não lhe compete verificar, por sua iniciativa, se a ordem de embargo determinado pelo Tribunal tem sido cumprida. Acresce que não lhe foi dirigida qualquer solicitação para que procedesse a tal verificação. Junta comprovativo da notificação do titular do alvará de suspensão da licença. -----

----- Portanto, apesar deles terem sido notificados, em Outubro, mesmo assim, nós também os notificámos do embargo, que foi feito e decidido pelo Tribunal. De modo que, é isto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Senhores Deputados que tenho a dizer sobre esta matéria e, portanto, este Processo também está em Tribunal com a contestação da parte da Câmara ponto a ponto e, mostrando que não houve violação do P.D.M. sobre esta matéria. -----

----- Relativamente às questões colocadas pelo Senhor Deputado Vidal Antão, faço-lhe chegar, não tenho aqui elementos, mas faço-lhe chegar exactamente a situação do embargo relativamente àquilo, que referiu, da Ribeira da Outurela. Porque inclusivamente, porque lhe digo as datas ou mando-lhe cópia do embargo, que foi feito, o que é que nós fizemos em sequência disso, o Parecer Jurídico inclusivamente, que foi elaborado pelo Doutor Rui Pena sobre esta matéria e que nós mandamos para o Ministério. Mas, dou-lhe tudo direitinho. Faço-lhe o Processo direitinho e mando-lhe, porque eu agora não tenho datas nem nada de cor e, portanto, é preferível que fique de posse da informação. -----

----- A obra está a andar. A obra não está embargada. Depois explico, depois através dos elementos, que lhe vou mostrar vai ver porque é que eu estou a afirmar isto que afirmei. Amanhã, vou já pedir que me façam esse dossier e portanto, esta semana, chega-lhe cá com as datas todas, com cópia de tudo isso, do Parecer e dessas coisas todas. Não tenho aqui comigo, de facto. -----

----- Relativamente à obra da Rua Eduardo Brasão, esta obra está no âmbito da R.D.L. de Linda-a-Velha e, no fundo, a reparação da Estrada das Biscoiteiras está exactamente incluída nesta empreitada, que nós chamamos de R.D.L. de Linda-a-Velha. No fundo, que tem a ver com a intervenção nos vários arruamentos, em termos das várias freguesias. E, portanto, neste caso, da de Linda-a-Velha. -----

----- Não foi possível instalar o estaleiro da obra noutro sítio. E, portanto, depois os terrenos são, ou terrenos particulares ou terrenos do Estádio Nacional, portanto do Complexo do Jamor, do I.D.P., neste caso. E, que não deixou o Estádio Nacional, segundo o que o Senhor Vice-Presidente me indicou aqui, não deixou implantar nos terrenos do Estádio esse estaleiro.

Daí ter-se optado por ocupar quatro lugares de estacionamento e ser bastante desagradável. Onze? Bem, não sei se são onze. Pronto, está bem, alguns lugares de estacionamento. Admito que sejam onze. E, de qualquer das maneiras, isto atrasou-se porque se verificou, no decorrer da obra, que o colector pluvial tinha que ser substituído. Estava partido e, portanto, tinha que ser feito ali, tinha que abrir-se um concurso para a execução da obra do colector pluvial. E, portanto, a obra do colector está em curso e, a informação que temos é que até ao dia dezoito de Março, o estaleiro será retirado. E, de qualquer forma, desta informação foi dada conta aos moradores através de e-mail enviado pela Doutora Sílvia Abreu como Adjunta do Senhor Vice-Presidente. Porque, aliás, a questão também nos foi colocada da mesma forma e nós enviamos. Portanto, isto foi o que se passou exactamente. Dia dezoito de Março sai o estaleiro, mas teve em conta exactamente ou foi exactamente isto o que se passou. -----

----- Fórum Oeiras, dizer-vos o seguinte: -----

----- Apresentei à Câmara Municipal em Fevereiro de dois mil e quatro, uma Proposta de Deliberação para anular o concurso público relativo ao Fórum. -----

----- Vou-lhe e não é muito mas para que fiquem elucidados sobre esta matéria, porque... e, ainda bem que me colocaram esta questão, porque é a forma de eu também poder esclarecer e também vos dou conta da Proposta de Deliberação, que foi apresentada aos Membros do Executivo e que foi também aprovada por unanimidade. Diz o seguinte: -----

----- “Com data de vinte e nove de Agosto de dois mil e um, foi publicado nos termos e forma legal, o anúncio de abertura do concurso público internacional número dez, de dois mil e um, sobre a designação de Concurso para a Concepção e Construção do Edifício Sede dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Oeiras. Nesse anúncio e, melhor ainda, no Programa de Concurso posto à disposição especificava-se ser objecto material imediato e último do concurso a obtenção de um projecto de concepção e a construção de um edifício destinado a instalar os serviços da Câmara Municipal de Oeiras designado por Fórum Oeiras com as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

características e dentro dos pressupostos então enunciados dos quais se salientam os que seguidamente se anotam. -----

----- Com efeito, expressamente se indicava ser desiderato da Câmara Municipal de Oeiras que o edifício a haver, significasse a sede administrativa do Poder Autárquico exercido no Município e representasse um ponto de encontro de acontecimentos culturais e de debate de ideias, constituindo-se como uma referência arquitectónica e um marco do Município, integrado na dinâmica da estrutura urbana, onde se viria a inserir. -----

----- A importância destes objectivos era tal, que sob as partes um e dois do volume um da documentação disponibilizada para concurso, se encontrava uma apresentação da própria Câmara Municipal de Oeiras e um texto de apontamentos para a História do Município. Tudo de molde a permitir explicitar integralmente qual a imagem e representatividade que deveriam ser assumidas e patenteadas no projecto a gizar. -----

----- Por outro lado, constava igualmente expresso sobre a identificação do valor para efeito do concurso que o pagamento do projecto e obra seria feito através da transferência da propriedade de um terreno urbano, cujo valor estimado é de dois milhões e setecentos mil contos, digo em contos. E, das quantias adicionais que se revelarem necessárias, caso o valor da adjudicação ultrapasse aquele montante. -----

----- Apresentado o relatório da análise das propostas, que anexo, pela respectiva Comissão, do mesmo ressaltam como aspectos mais relevantes os seguintes: -----

----- Todas as propostas apresentam valores para o projecto e obra várias vezes superiores ao valor que havia sido utilizado para efeitos de concurso. Foram aqueles tais dois milhões e setecentos mil. Portanto, todas as propostas apresentam valores para o projecto e obra várias vezes superiores ao valor que havia sido utilizado para efeitos de concurso, chegando-se à situação insustentável de a proposta com preço mais vantajoso ser de valor de cerca do dobro daquele valor inicial, sendo que a proposta com preço menos vantajoso, apresenta um valor de

cerca do triplo do dito valor inicial.-----

----- Nenhuma das propostas se encontra suficientemente bem no que respeita à afirmação de um edifício de forte representatividade e simbolismo, conforme era pretendido e foi expressamente advertido na abertura do concurso. A de mais, aquelas que até poderiam ter mais desenvolvida a fraca representatividade, acabam por manifestar incoerências internas e com os espaços urbanos complementares. Além de desaproveitamentos do espaço que, inapelavelmente viciam a componente primeiramente referida. Portanto, isto é retirado, são aspectos que ressaltam do relatório. -----

----- Perante tais circunstâncias, entendi solicitar Parecer Jurídico sobre o assunto, do qual para melhor elucidação, passo a transcrever: -----

----- Ora, tais circunstancialismos em particular o primeiramente referido, remetem a situação vertente para um plano tal, que a apreciação e o julgamento de um ponto de vista de justiça e de estrito legalismo, padrões estes de que esta edilidade de modo algum se pode afastar e impõe uma cuidadosa reflexão sobre o dever ser da actuação da Câmara Municipal de Oeiras. -

----- Levantou-se, contudo, a dúvida legítima em face do regime legal traçado e, em tantos aspectos mal, pelo legislador sobre quais os comportamentos admissíveis por parte da Edilidade Municipal. -----

----- Por outras palavras, sendo equívoco, ou pelo menos não totalmente líquido, o declarar pelo legislador e em face do cenário atrás descrito, quais as opções que se perfilavam perante o decisor final.-----

----- E depois, há uma parte, que não está aqui transcrita, uma parte ainda do Parecer.-----

----- E depois volto a dizer: -----

----- A este respeito diz-se amiúde que quando um ente público abre um concurso para a adjudicação de uma empreitada, tal significa que previamente procedeu a uma cuidada e estudada opção, na qual assumiu necessariamente particular importância a realização de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

interesses públicos que a si própria, Entidade que abre o concurso, cabe satisfazer. E, a Entidade que assim actuou, diz a doutrina, procede nesse sentido, fazendo revestir os seus actos da credibilidade, que deve acompanhar toda a actividade da administração e que estão na base dos princípios da boa fé e da tutela da confiança. Isso mesmo determina que em princípio aqueles concursos de adjudicação devem terminar com a realização do objectivo que cada um se propõe. Isto é, com a adjudicação.

-----Andrade da Silva-----

-----Regime Jurídico-----

-----Empreitadas de Obras Públicas. -----

-----Mas, se essa é a regra subjacente ao pensamento legislativo e em qualquer caso também é regra do funcionamento não patológico da vida dos entes administrativos, cumpre recordar um velho princípio, que norteia o direito desde a mais profunda noite dos tempos e a que os latinos deram a seguinte forma lapidar... etc., etc. E, depois vem aqui uma transcrição latina, que me escuso de referir; daí que seja também inequívoca a afirmação doutrinal, a consagração da excepção.

-----Mas a verdade é que mesmo que o programa de concurso nada sobre isso diga, aquela adjudicação não terá que ter necessariamente lugar, havendo mesmo casos em que ela não pode ter lugar. Ou seja, se é certo que por regra e por princípio os concursos públicos conduzem a adjudicações, não menos certo é que tenha de admitir-se que outros casos assim não suceda, existindo mesmo um último reduto de situações em que a adjudicação nem sequer é legalmente admissível.

-----Ora, a situação que no caso vertente se verifica, enquadra-se, a nosso ver e salvo melhor opinião, isto de acordo com o Parecer, neste segundo tipo de situações referenciadas. Com efeito, conforme se recolhe do relatório de análise, todas as propostas que foram apresentadas, mesmo a mais conveniente, quando avaliadas em termos de inter-relação oferecem

preço total consideravelmente superior àquele que havia sido atribuído como valor para efeitos do concurso.-----

----- Por outras palavras, no que ao caso em apreço respeita, afigura-se-nos sempre precisamente a situação de excepção atrás referida, aquela que se verifica, o que vale por dizer em linguagem normativa, que se tem por preenchida a previsão na alínea b), do número um, do Artigo cento e sete, do Decreto-Lei cinquenta e nove, noventa e nove, de dois de Março. Caso em que, como bem determina o corpo do número um, do Preceito citado, o dono da obra não pode adjudicar a empreitada. Ou seja, não se trata de um poder não adjudicar, mas de um caso em que o legislador proíbe a adjudicação. -----

----- Como bem se extrai do Relatório para que atrás se apelou, encontram-se nesta fase a concurso cinco propostas, as quais se dispõe a proceder à realização da concepção e construção da obra posta a concurso pelos preços seguintes, que representam acréscimos em relação ao valor base do concurso, muito expressivos, tudo conforme o quadro seguidamente apresentado. -----

----- Proposta Base. -----

----- Teixeira Duarte, S.A. -----

----- Preço: vinte e cinco milhões, cento e cinquenta e sete mil e oitenta e oito euros e cinquenta e seis cêntimos.-----

----- Na observação: um vírgula oitenta e sete vezes o valor base do concurso.-----

----- Proposta alternativa. -----

----- Teixeira Duarte, S.A. -----

----- Preço: vinte e seis milhões, quatrocentos e dezoito mil, cento e vinte e quatro euros e setenta e dois cêntimos, um vírgula noventa e seis vezes o valor base do concurso, exactamente.

----- Proposta base.-----

----- Mesquita, S.A./C.M.E., S.A.-----

----- Vinte e cinco milhões, setecentos e quinze mil, seiscentos e vinte e quatro euros, e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

setenta e oito cêntimos, um vírgula noventa e uma vezes o valor base do concurso.-----

-----Proposta base.-----

-----ENGIL, S.A.-----

-----Preço: trinta e dois milhões, trezentos e setenta e seis mil, quinhentos e oitenta e sete euros e sessenta cêntimos, um vírgula quarenta vezes o valor base do concurso.-----

-----E, Proposta alternativa.-----

-----ENGIL, S.A.-----

-----Preço: trinta e um milhões, trezentos e catorze mil, oitocentos e cinquenta e um euros e vinte cêntimos, um vírgula trinta e três vezes o valor base do concurso.-----

-----Assim sendo, nunca poderia a Câmara Municipal de Oeiras, em obediência a critérios de estrita legalidade, adjudicar a presente empreitada, dado que estaria a aceitar, se procedesse a tal adjudicação, que uma proposta, cujo preço representa um vírgula oitenta e sete vezes o valor base do concurso, não constituía proposta com preço total consideravelmente superior ao valor de referência no caso aplicável.-----

-----Que assim é, decorre do facto de todos os preços apresentados nas propostas em concurso, serem superiores em mais de vinte e cinco por cento relativamente ao valor referencial.-----

-----Ora, se é certo que tal critério percentual é meramente indiciário, querer-se ser bom aferidor para a apreciação da admissibilidade da adjudicação, julgando-se, por isso, ser perfeitamente utilizável para a apreciação, a decisão acerca da adjudicação ou não, optando pela negativa. Mas mesmo que se pretendesse que o critério legal do valor consideravelmente superior implicava a apresentação de preços que ultrapassassem em mais de cinquenta por cento o dito valor de referência, ainda nessa circunstância estaria verificada a alínea b), do número um, do Artigo sétimo, do Decreto-Lei cinquenta e nove, noventa e nove, posto que o mesmo, a proposta, cujo preço é mais vantajoso apresenta um preço que se cifra em um vírgula oitenta e

sete vezes o valor utilizado para efeitos do concurso “in caso”, o valor base de que partiu o concurso. Razões que, no nosso entendimento, demonstram a saciedade de estar a entidade consultente de “iurem” impedida de proceder à adjudicação.-----

----- Por outro lado, sempre se diga que, mesmo que assim não sucedesse, ainda por outra razão a Câmara Municipal de Oeiras não poderia proceder à adjudicação no concurso em análise tal como seria a tramitação normal e esperável.-----

----- Com efeito, e como já referido, nenhuma das propostas em concurso cumpre os propósitos e fins, que expressamente haviam sido apontados e exigidos para a obra a realizar no que concerne à exigência de se tratar do edifício a construir de um marco de forte representatividade e simbolismo. Dito de outro modo, não foram imperativo legal constante do Artigo cento e sete, número um, alínea b), do Diploma Legal referido, ainda assim não poderia a Câmara Municipal de Oeiras proceder à adjudicação visada, posto que tratando-se os projectos em apreciação de projectos dos concorrentes, os mesmos são inconvenientes para os fins pretendidos, o que constitui por seu turno preenchimento da previsão da alínea c), do número um, do mesmo preceito atrás citado. Nestes termos, cumpridas as formalidades e imperativos legais referentes à audiência prévia dos concorrentes, proponho: -----

----- Seja decidido não se proceder à adjudicação do concurso para a concepção e construção do edifício sede dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Oeiras com base no disposto no Artigo cento e sete, das alíneas b) e c), do Decreto-Lei número cinquenta e nove, noventa e nove, de dois de Março, encerrando-se assim o procedimento.-----

----- Ponto dois – Seja comunicado o teor da presente Deliberação ao IMOPI, nos termos das disposições conjugadas do Artigo cento e sete, número um, alínea b) e número quatro, do Decreto-Lei cinquenta e nove, noventa e nove, de dois de Março.-----

----- Portanto, meus Senhores, perante esta leitura exaustiva, e peço desculpa por ter cansado, certamente, muita gente presente, até pela debandada que aconteceu na sala. Mas,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

dizer-vos que, não ficava bem com a minha consciência, até porque ficassem, para ficar a opinião pública esclarecida sobre a matéria, porque, às vezes, fazem-se afirmações, gratuitas e, por outro lado, para que os Senhores Deputados também ficassem conscientes daquilo que se passou. -----

----- Nem eu e nem os Senhores Vereadores, que constituem o Executivo, tiveram alguma “birra” relativamente a este processo. Não pediram o Parecer. Foi tudo perfeitamente esclarecido e, tendo como base dois vírgula sete milhões de contos, ainda que se admitissem quantias adicionais face às propostas apresentas. -----

----- Jamais eu teria a ousadia, digo bem, a ousadia de propor ao Executivo que adjudicasse alguma das propostas, mesmo aquela que melhor estava perfilada, digamos assim, porque era a que melhor solução apresentava, em termos financeiros, mas pelos vistos nenhuma a apresentava, em termos arquitectónicos e em termos daquilo que se pretendia. Foram estas as razões que estiveram na base e, agradeço também o facto de ter podido aqui explicar para que se dúvidas existissem, elas ficassem, neste momento, todas perfeitamente clarificadas e deixassem de existir, obviamente. -----

----- Relativamente ao Jardim do Marquês e ao restaurante e aos direitos do antigo proprietário, que o Senhor falou comigo uma vez, inclusivamente. Eu, agora, estava aqui a ver se me recordava em que ponto é que ficámos, porque chegou a haver, creio eu... e, portanto, não avanço, neste momento, mais. Mas, também vos faço chegar uma nota inclusivamente, porque houve. Fiz, inclusivamente, uma reunião com o actual concessionário do Jardim do Marquês. Fiz uma reunião com o anterior... depois do Tribunal ter dado razão e tudo isso. E, portanto, tentei aqui que houvesse um entendimento. -----

----- De repente, não me recordo exactamente o ponto, mas também farei chegar, relativamente a esta matéria, exactamente em que ponto é que se ficou e há uma nota, inclusivamente, do Gabinete Jurídico, feita sobre essa matéria. Portanto, também é muito fácil

reconstituir este processo. -----

----- Farei chegar também. -----

----- Registei esta situação que me disse, não percebo, da Comissão de Apuramento das Mesas, portanto, aquela situação... não faço a mais pequenina ideia, está bem, mas registo apenas e vou também saber, porque desconhecia de todo aquilo que aqui referiu. -----

----- Quanto ao Núcleo de Leceia, que foi referido pela Senhora Deputada Ermelinda e, depois também, já de alguma forma, ali avançado pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Barcarena, dizer que o Senhor Vereador Rui Soeiro já reuniu com os moradores e, já explicou também o ponto da situação. -----

----- Está a ser feito ou vai ser feito, creio eu, o levantamento das casas existentes no Artigo Matricial existente. E, portanto, isto também tem a ver com a parte das grutas e, vai ser feito um estudo geotécnico dos terrenos também onde está implantado tudo aquilo, todos aqueles terrenos. -----

----- Será tomada uma decisão na sequência desse estudo sobre a demolição ou não. E, portanto, só depois desses resultados. -----

----- O Gabinete Local de Leceia deverá abrir numa loja, que existe na Politeira e, dentro de mais ou menos, dois meses. Portanto, ora estamos em Fevereiro, portanto, Março, Abril, deve ser só em finais de Abril, que ele vai abrir, ainda que, este assunto esteja a ser estudado mesmo sem o Gabinete Local presente. E, portanto, também há consciência, de facto, de que a situação é a que todos nós sabemos. -----

----- Relativamente às obras na Consiglieri Pedroso, vou ver qual é o prazo de conclusão. Não tenho aqui. Vou saber junto dos SMAS, o que é que se passa relativamente a esta obra. Não tenho indicação, curiosamente, dessas interrupções, desses cortes de água, e, portanto, vou perceber, o que se passa. Até porque, quando há cortes de água, ou prolongados ou que durante um período de tempo são recorrentes, normalmente o próprio piquete avança-me logo com isso



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

para eu ter a indicação, porque normalmente sou contactada. E, curiosamente, não tenho nenhuma indicação disto e, portanto, vou ver se houve algum lapso ou o que é que se passa exactamente.-----

-----Também registei já os nomes dos dois agentes da Polícia Municipal, que forneceram os elementos, que deram essas respostas, que aqui me referiu. E, portanto, vamos ver. Depois o Senhor Vereador José Eduardo Costa vai ver exactamente o que se passa. Depois veremos.-----

-----Relativamente aos “Fixes”, tive oportunidade de estar lá um destes dias, não a propósito dos “Fixes” propriamente dito, mas exactamente no dia das eleições, no dia vinte de Fevereiro, quando fiz a minha passagem por todas as Mesas de Voto para ver se tudo estava a correr bem e, aproveitei o facto de ir a Queluz, à Escola de Tercena, e dar lá um pulinho, porque estava a decorrer uma iniciativa, e portanto, dar lá um pulinho e cumprimentar o Senhor Presidente dos Fixes. Aliás, com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia, não foi? Não estou enganada! Foi aos “Fixes”, foi, que nós fomos. Foi nesse dia, exactamente. E, fiquei, inclusivamente, de marcar por estes dias uma reunião nos Fixes, tendo em conta a situação, enfim, que nós sabemos e que eu sei, concretamente, que não é fácil. E, das pretensões, e do telheiro, e tudo ali. Aliás, tenho reunido com o Senhor Vereador Arnaldo Pereira que tem esta parte.-----

-----Aliás, esta semana passada, fui ao Valejas para ver lá uma situação também de um telheiro e, os “Fixes” é exactamente, o que está também previsto a seguir. Depois dar-vos-ei conta dessa situação. -----

-----Relativamente ainda às eleições e relativamente à questão que o Senhor Deputado João Viegas colocou, devo dizer e fiz imensas pressões ao longo do ano de dois mil e quatro para que os pagamentos nos fossem efectuados o mais rapidamente possível, porque na realidade acho que era tempo demais, acho que é demais o prazo para o seu processamento. Infelizmente só foram efectuados no final do mês de Dezembro e, depois, houve a transmissão à Caixa Geral

de Depósitos, houve uma não passagem em suporte digital, houve ali por parte também da Caixa Geral de Depósitos algum processo, mas que não teve a ver, digamos que as culpas não são da Caixa Geral de Depósitos, houve aqui alguma partilha. Devo dizer que eles tiveram com todo o empenho e puseram, inclusivamente, uma pessoa afecta a essas transferências. Eu sei disso, porque estive em contacto com eles. Sei perfeitamente, mas sei que, realmente, as pessoas só tiveram em final de Janeiro. E, relativamente àquela questão, que o Senhor Deputado João Viegas avançou, da possibilidade... porque se trata, de facto, da volta dos cinquenta mil euros. Isto acaba por não ser... são dez mil contos. Falamos de dez mil contos. E, portanto, não ser uma quantia, que nos preocupasse e que a Autarquia pode perfeitamente adiantar, mas pedi para me verem, se era legal independentemente de eu saber que já há quem pratique isso, pedi para me verem, se era legal esta situação. E, disse também, se isso for perfeitamente legal, eu desde logo digo: avancem com os cinquenta mil euros no momento próprio ou com, o que for. Digo cinquenta mil, porque é à volta disso. Mas enfim, com aquilo que se deve às pessoas sobre esta matéria. Portanto, se a conclusão for essa, obviamente que nós trataremos de o fazer, senão vai-se ver, o que é que se pode fazer.

----- Portanto, terei, de facto, essa possibilidade.

----- Relativamente ao envio sobre a informação do SATU, já há um Relatório e fiquei convencida que o Relatório tinha sido enviado para a Assembleia! Pronto, está bem. O Relatório do SATU! Então, peço desculpa, que eu fiquei com a noção que tinha sido enviado.

----- Relativamente aos terrenos junto à Rotunda do Parque, junto à Praça do Parque das Cidades, dizer que, aquilo não é fruto da chuva, aquilo são flores silvestres, que foram lá plantadas mas apenas até aguardarem intervenção. Aquilo é para zona verde, uma zona de estar, de restauração, de apoio, um quiosquezinho, desse tipo de coisas e uma obra de arte importante. Enquanto, essas situações não avançam... e, para ficar aquilo melhor, deu-se ali uma limpeza e pôs-se aquelas flores silvestres embora não saiba como se chamam, em termos técnicos, apenas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

para ficar um bocadinho melhor e não para mais nada.-----

-----Relativamente à Piscina Oceânica, julgo que se está a referir às obras no restaurante que a Oeiras Viva concessionou e que a Câmara aprovou e, portanto, na sequência daquele concurso, que lançou exactamente para a concessão da exploração daquele restaurante. Foram-nos propostas alterações ao que lá existe. Propostas estas que foram analisadas. Numa primeira fase, nós não aceitamos, o que nos estava a ser proposto e, depois, isto foi tudo acompanhado pela Câmara, obviamente. E, depois, foi aceite. Depois, de trabalhada a solução, foi aceite, o que eles, agora, estão a desenvolver. E, portanto, é isso. O que está a ver é exactamente isso e que em princípio, se tudo correr bem de acordo com o cronograma que estava traçado, não está presente o Senhor Vereador Arnaldo Pereira mas, se não me falha a memória, em Maio está pronto, porque queria que o jantar do sete de Junho fosse lá, dado que o tema, este ano, está virado para o mar. Vamos ter hipótese de inaugurar o Porto de Recreio em Julho, mês sete, exactamente. Em Julho, mês sete, nós vamos, pelo menos de acordo com o cronograma que está feito, eu queria que tudo estivesse ligado ao mar e, portanto, também aí...-----

-----Relativamente ao antigo edifício da Cooperativa de São Pedro, nós estamos a desenvolver tudo no sentido de que aquele edifício fique para a Câmara Municipal, isto em contactos com o proprietário, claro está! Exactamente, que é o Pimenta e Rendeiro e, portanto, depois, logo se vê. Mas, a nossa ideia era que ali pudesse ser instalado um equipamento social. Vamos ver se é de reconstruir ou não nesse sentido.

-----E julgo, não sei, se me falhou alguma coisa, muito sinceramente, porque foi bastante exaustivos alguns pontos. Não sei, se me falhou alguma coisa. Mas, creio que respondi a tudo. Penso que a tudo. Mais ou menos a tudo. Não sei, se me falhou alguma, se me falhou, peço desculpa.”-----

-----A **Senhora Presidente em Exercício, da Assembleia Municipal de Oeiras**,
Senhora Madalena Castro refere o seguinte: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente.-----

----- Senhor Deputado Pinto Ferreira é para?” -----

5.18. Sr. Pinto Ferreira (CDU/Independente) -----

----- O Senhor Deputado Pinto Ferreira disse o seguinte: -----

----- “Sobre os Requerimentos que, foram por nós apresentados em vinte e oito de Setembro, se me permite?”-----

----- A **Senhora Presidente em Exercício, da Assembleia Municipal de Oeiras**, perguntou o seguinte: -----

----- “Mas, para um pedido de esclarecimento sobre os requerimentos?” -----

----- O **Senhor Deputado Pinto Ferreira (CDU/Independente)** respondeu o seguinte: --

----- “Não, é para dar um esclarecimento à Senhora Presidente sobre o teor...” -----

----- A **Senhora Presidente em Exercício, da Assembleia Municipal de Oeiras**, disse o seguinte: -- -----

----- “Mas, a Senhora Presidente já referiu, que ia pedir à Directora do Departamento para averiguar. Aliás, já lhe fizemos chegar uma fotocópia da síntese dos requerimentos, cuja resposta está em falta. -----

----- Parece-me que a Senhora Presidente não terá mais nada para acrescer sobre isso.” ---

----- O **Senhor Deputado Pinto Ferreira (CDU/Independente)** refere ainda o seguinte:

----- “Depois, era uma outra questão.-----

----- Era uma rectificação a uma afirmação, que foi produzida pelo Deputado Pracana e que, julgava que a Senhora Presidente fosse referir, daí não ter pedido a palavra no Período de Antes da Ordem do Dia, para fazer essa rectificação.” -----

----- A **Senhora Presidente em Exercício, da Assembleia Municipal de Oeiras**, respondeu o seguinte: -----

----- “Então, seja breve, Senhor Deputado. Se faz favor.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----O Senhor Deputado Pinto Ferreira (CDU/Independente) fez a seguinte intervenção:-----

-----“Mas começo, se me permite, por felicitar a Senhora Presidente da Câmara pelo...” --

-----A Senhora Presidente em Exercício, da Assembleia Municipal de Oeiras, interveio para dizer o seguinte: -----

-----“Senhor Deputado, não vamos fazer mais intervenções. Seja breve, se faz favor.” ---

-----O Senhor Deputado Pinto Ferreira (CDU/Independente) continuou, dizendo o seguinte:-----

-----“Não. Pela leitura do Processo do Fórum de Oeiras, porque permitiu-nos, efectivamente, compreender melhor todo aquele Processo.-----

-----Em relação à afirmação, produzida pelo Deputado Pracana, de o arranjo dos espaços exteriores junto à Rotunda de Barcarena, esses espaços exteriores não estão a ser arranjados pela Câmara Municipal, mas sim pelo urbanizador.”-----

-----A Senhora Presidente da Câmara Municipal de Oeiras interveio, mas como o fez de microfone desligado, não foi possível a sua transcrição. -----

-----O Senhor Deputado Pinto Ferreira (CDU/Independente) disse o seguinte: -----

-----“Não, o Deputado Pracana referiu o arranjo dos espaços exteriores da Rotunda de Barcarena, em frente ao posto de abastecimento da REPSOL. Ele fez essa referência. Era só essa a afirmação.” -----

-----A Senhora Presidente em Exercício, da Assembleia Municipal de Oeiras, interveio para dizer o seguinte: -----

-----“Senhor Deputado Reis Marques, é para pedir mais algum esclarecimento a alguma questão que não tenha sido respondida?”-----

5.19. Sr. Reis Marques (PS) -----

-----O Senhor Deputado Reis Marques disse o seguinte: -----

----- “É uma questão pontual. -----

----- Não tenha pressa, porque eu também vou ser objectivo.-----

----- Consideramo-nos, pelo menos eu, nas perguntas que fiz obtive as respostas que pretendia. Compreendo a posição da Senhora Presidente sobre o Relatório de Auditoria, mas ficamos a aguardar, no tempo que seja possível, que esta Assembleia e o Grupo do P.S. sejam informados e tenham posse do mesmo requerimento, visto que somos um Órgão fiscalizador. Tenho dito.”-----

5.20. Sr.^a Luísa Lisboa (PS) -----

----- A Senhora Deputada Luísa Lisboa refere o seguinte: -----

----- “Muito obrigada. -----

----- Era só para fazer uma rectificação relativamente à Acta da última reunião que há bocado não houve oportunidade porque, como disse, não a li, gostaria que rectificassem na página sete e na página oito duas expressões, que são importantes enquanto expressão que é: “escola inclusiva” e, o que está aqui, na página sete, na quinta linha a contar do fim, “escola em inclusive”. Não é “escola inclusive”, “escola inclusiva”. Na página oito na segunda linha, por favor. E mais não li. Muito obrigada.” -----

5.21. Sr.^a Presidente em Exercício da A.M. -----

----- A Senhora Presidente em Exercício da Assembleia Municipal disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada pela rectificação, Senhora Deputada. -----

----- Foi feito registo e vai ser procedida à respectiva rectificação. -----

----- Há dois votos de felicitações relativamente a duas colectividades do Concelho que a Mesa fará chegar: uma ao Sport Algés e Dafundo pelos noventa anos e outra aos Unidos Caxienses. Penso que tem a concordância de toda a Assembleia. Faremos chegar, obviamente, aos respectivos clubes com a indicação da expressão da felicitação de todos os Deputados Municipais.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Relativamente à proposta e à moção que tinham chegado à Mesa, no início, apresentadas pelo Bloco de Esquerda: uma delas, penso que é extemporânea. Penso que o Senhor Deputado Miguel Pinto já tem conhecimento que, o Senhor Presidente marcou a próxima reunião, aliás a segunda reunião desta Sessão Ordinária para dia sete de Março, às vinte e uma horas.” -----

----- PROPOSTA DO BLOCO DE ESQUERDA -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras, reunida em 28 de Fevereiro de 2005, delibera que a segunda reunião da Sessão Ordinária Nº. 1/2005 se realize na próxima semana, às 21 horas, de modo a permitir a participação de um maior número de cidadãos. -----

----- O Deputado Municipal do Bloco de Esquerda-----

----- a) Segue-se assinatura. -----

----- **A Senhora Presidente em Exercício, da Assembleia Municipal de Oeiras**, disse ainda o seguinte: -----

----- “Relativamente à Moção, que apresentou e face às explicações dadas pela Senhora Presidente da Câmara, colocava à sua consideração. Se é ou não para avançar?” -----

----- **O Senhor Deputado Miguel Ponto (BE)** respondeu o seguinte:-----

----- “É para avançar, com votação ” -----

----- **A Senhora Presidente em Exercício, da Assembleia Municipal de Oeiras**, disse o seguinte:-----

----- “ Então vamos colocar à votação. -----

----- Os Serviços da Assembleia já fizeram a distribuição das fotocópias da Moção de Censura apresentada pelo Senhor Deputado Miguel Pinto. Uma vez que o Senhor Deputado considera que não estão dadas as explicações, que entende, vamos, então, pôr à votação. -----

----- Senhor Deputado, os Serviços distribuíram por todos os Senhores Deputados.-----

----- Então, está à votação a Moção de Censura apresentada pelo Bloco de Esquerda, que

propõe censurar a Câmara pelo facto de ainda não terem embargado as obras de urbanização designada por Edifícios do Parque dos Poetas.-----

----- **De imediato, procedeu-se à votação desta Moção de Censura do Bloco de Esquerda.** -----

----- A **Senhora Presidente em Exercício, da Assembleia Municipal de Oeiras**, divulgou os seguintes resultados: -----

----- “Portanto, a Moção foi rejeitada...” -----

5.22. Sr. João Viegas (PS) -----

----- O Senhor Deputado João Viegas interveio para dizer o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, uma vez que, não fez a contagem em termos de blocos de partido, sugeria que, os Deputados que, se calhar, foram à casa-de-banho ou estão ausentes, que entrassem...” -----

5.23. Sr.^a Presidente em Exercício da A.M. -----

----- A Senhora Presidente em Exercício da Assembleia Municipal interveio e disse o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado, a votação está feita. A Moção...” -----

5.24. Sr. João Viegas (PS) -----

----- O Senhor Deputado João Viegas continuou, dizendo o seguinte: -----

----- “Não, Senhora Presidente. É que por norma, eu entendo a sua posição, por norma faz-se votação por partidos. Uma vez que está a fazer uma contagem nominal, penso que seria de bom senso e democrático, não sei, ponho ao seu entendimento, que se chamasse os Deputados para ter um bom rigor, expressar o sentimento... não sei, se me entende?” -----

5.25. Sr.^a Presidente em Exercício da A.M. -----

----- A Senhora Presidente em Exercício da Assembleia Municipal disse o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado, os Senhores Deputados que querem cá estar dentro, estão! Não é?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----O Senhor Deputado João Viegas (PS) respondeu o seguinte: -----

-----“Não, Senhora Presidente. Entendo...” -----

-----A Senhora Presidente em Exercício, da Assembleia Municipal de Oeiras, referiu o seguinte: -----

-----“Então, vamos fazer o seguinte: -----

-----Vamos fazer dez minutos de intervalo. -----

-----Vamos aguardar que todos os Senhores Deputados que queiram participar na votação e agradeço que os Líderes de Bancada comuniquem aos respectivos Membros, embora isto não seja muito linear e far-se-á nova votação daqui a dez minutos, logo no início dos trabalhos.”

5.26. Sr. Caldeira Martins (PSD) -----

-----O Senhor Deputado Caldeira Martins esclareceu o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, dá-me licença? -----

-----Pois é, isto é um precedente. -----

-----Senhora Presidente, isto é mau, isto é grave. É que se abre um precedente aqui. Há quórum na sala, Há quórum.” -----

-----A Senhora Presidente em Exercício, da Assembleia Municipal de Oeiras, referiu o seguinte: -----

-----“Há quórum, há!” -----

-----O Senhor Deputado Caldeira Martins (PSD) disse o seguinte: -----

-----“Portanto, abre-se um precedente!” -----

5.27. Sr.^a Presidente em Exercício da A.M. -----

-----A Senhora Presidente em Exercício da Assembleia Municipal interveio, referindo o seguinte: -----

-----“Então, pelos vistos, a maioria dos Senhores Deputados, que estão presentes, concorda com a votação.” -----

----- A Moção foi rejeitada por vinte votos contra, oito abstenções e três votos a favor.-----

----- Vamos, então, fazer um intervalo de dez minutos.” -----

5.28. VOTAÇÃO – MOÇÃO DE CENSURA DO BLOCO DE ESQUERDA -----

----- A Senhora Presidente em Exercício da Assembleia Municipal pôs à votação esta Moção de Censura, a qual foi rejeitada por maioria com vinte votos contra, sendo dezanove do PSD (Elísio Olavo Gouveia da Veiga, Custódio Mateus Correia de Paiva, Luís da Costa e Castro, Manuel Carvalho Teixeira, António Joaquim Moreira, Rui Manuel Freitas, Salvador Bastos Costeira, José Vilhena Milhano, José Manuel Amaral Lopes, Jorge Silva Pracana, Paulo Jorge Sousa, Manuel Madeira Martinho, António José Viana Basto, Arlindo Pereira Barradas, Maria Madalena Castro, Levy Nunes Gomes, Fernando Caldeira Martins, Maria Alexandra Fraga e Rogério Simões Carneiro) e um voto contra do CDS/PP (Paulo Henrique Miranda), sete abstenções, sendo uma do PSD (Sofia de Sequeira Galvão) e seis do PS (Vidal Diogo Antão, Luísa Maria Diego Lisboa, Pedro Afonso Melo e Sá, Cláudia Sofia Monteiro Silva, Pedro Licínio Martins Pereira e João Carlos Macedo Viegas) e três votos a favor, sendo dois da CDU (Joaquim Vieira Cotas e Ermelinda da Conceição Oliveira) e um do Bloco de Esquerda (Miguel Almeida Pinto) e que se dá por transcrita e fica em anexo à presente Acta, dela fazendo parte integrante. -----

----- MOÇÃO DE CENSURA -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras, reunida em 28 de Fevereiro de 2005, delibera censurar a Câmara Municipal de Oeiras pelo facto de ainda não ter embargado as obras da urbanização designada “Edifícios do Parque dos Poetas.”-----

----- O Deputado Municipal do Bloco de Esquerda -----

----- a) Segue-se assinatura -----

5.28.1 Sr. Caldeira Martins (PSD) -----

----- O Senhor Deputado Caldeira Martins disse o seguinte:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Já agora uma Declaração de Voto se faz favor.” -----

5.28.2. Sr.^a Presidente em Exercício da A.M. -----

----- A Senhora Presidente em Exercício da Assembleia Municipal refere o seguinte: -----

----- “Para Declaração de Voto, se faz favor Senhor Deputado Paulo Miranda.” -----

5.28.3. Sr. Vidal Antão (PS) -----

----- O Senhor Deputado Vidal Antão disse o seguinte: -----

----- “Antes disso, Senhora Presidente. -----

----- Dá-me licença, Senhora Presidente? -----

----- Antes disso, acho que a Senhora Presidente devia relatar para a Acta, não por blocos de partidos ou por números mas, portanto, como costuma fazer; quem são os partidos que se abstêm, quem, portanto. E, as pessoas que, de outros partidos, poderão não acompanhar o Grupo Parlamentar, não é? -----

----- Acho que isso costuma ficar descrito em Acta!” -----

5.28.4. Sr.^a Presidente em Exercício da A.M. -----

----- A Senhora Presidente em Exercício da Assembleia Municipal refere o seguinte: -----

----- “Os votos contra são dezanove do PSD e um do CDS/PP, seis abstenções do PS e uma abstenção do PSD e os votos a favor são da CDU e do Bloco de Esquerda. -----

----- Se faz favor, Senhor Deputado Caldeira Martins.” -----

5.28.5. Sr. Caldeira Martins (PSD) – DECLARAÇÃO DE VOTO -----

----- O Senhor Deputado Caldeira Martins fez a seguinte Declaração de Voto: -----

----- “Obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Ora, o PSD votou contra esta Proposta, porque se nos afigura que dadas as explicações feitas pela Senhora Presidente, está esclarecida a situação. -----

----- Ora, exactamente, porque a situação foi esclarecida por quem de direito, o PSD votou contra a Proposta. Muito obrigado.” -----

5.28.6. Sr. Vidal Antão (PS) – DECLARAÇÃO DE VOTO -----

----- O Senhor Deputado Vidal Antão fez a seguinte Declaração de Voto: -----

----- “Senhora Presidente, nós não comentamos esta Declaração de Voto do PSD, porque achamos que não somos “yes men” de ninguém. E, portanto, eu acredito a cem por cento naquilo que a Senhora Presidente nos disse aqui. Mas o Partido Socialista abstém-se porque não tem todos os dados em sua mão.-----

----- Portanto, gostaríamos imenso, e, a nossa abstenção vai somente neste sentido, gostaríamos imenso que a Câmara Municipal nos fizesse chegar, a matéria relevante de todo este Processo. Não é necessário ser distribuído por todos os Deputados, mas aos Líderes de Bancada. Portanto, todos esses Pareceres Jurídicos, que a Câmara Municipal tem, nós gostaríamos, efectivamente, de ter um exemplar para podermos analisar profundamente esta questão. Muito obrigado.” -----

5.28.7. Sr. Joaquim Cotas (CDU) – DECLARAÇÃO DE VOTO -----

----- O Senhor Deputado Joaquim Cotas fez a seguinte Declaração de Voto: -----

----- “É uma Declaração de Voto.-----

----- A Bancada da CDU votou favoravelmente esta Proposta por entender, que o assunto é sério demais para se poder brincar com a população, que tem defendido o embargo daquela urbanização.-----

----- De facto, aquele problema está em Tribunal há muito tempo e o projecto continua em curso. Portanto, parece-me que vivemos na terra do “ninguém”. Ninguém tem responsabilidades de nada. Embarga-se uma obra, vai para o Tribunal e a obra continua em curso como se nada acontecesse.-----

----- De maneira que, nós votámos favoravelmente esta Proposta exactamente por causa disso.-----

----- Já é tempo de a população merecer mais respeito por parte da Câmara, que ele



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

próprio elegeu.” -----

5.29. Sr.ª Presidente em Exercício da A.M. -----

----- A Senhora Presidente em Exercício da Assembleia Municipal referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigada.-----

----- Os nossos trabalhos reiniciar-se-ão às seis e cinco.-----

----- Muito obrigada.”-----

6. INTERVALO -----

----- Após o intervalo, a Senhora Presidente em Exercício da Assembleia Municipal recomeçou os trabalhos. -----

7. PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

----- Sr.ª Presidente em Exercício da A.M. -----

----- A Senhora Presidente em Exercício da Assembleia Municipal disse o seguinte: -----

----- “Várias pessoas já fizeram saber que precisam de sair relativamente cedo.-----

----- Portanto, vamos ver se aceleramos aqui os nossos trabalhos.-----

----- Duma pequena reunião que fizemos entendeu-se, até porque há vários pedidos de que a reunião hoje acabe relativamente cedo, entendemos, se todos concordarem, e, parece-me que sim, que hoje vamo-nos debruçar sobre os pontos dois, três, quatro e seis.-----

----- Assim, damos por abertas as inscrições para a discussão do ponto dois.”-----

----- (Mudança de Cassete) -----

7.1. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O. Nº. 1822/04 relativa à alteração do Regulamento e Tabela de Taxas e outras Receitas Municipais do Município de Oeiras – Ofício Nº. 16943 – 05.02.04 -----

----- Deliberação Nº. 1/2005 da A.M. -----

----- Sr. Jorge Pracana (PSD) -----

----- O Senhor Deputado Jorge Pracana fez a seguinte intervenção: -----

----- “Ora bem, gostava de colocar aqui uma questão, que tem a ver concretamente com a inclusão no Artigo quarenta e sete, número um, das Taxas, o que respeita à incidência quanto aos elementos que, porventura, participem nas chamadas “Feiras de Velharias”.-----

----- Neste Concelho tem-se verificado de há longos anos a esta parte que seja em Oeiras, seja em Caxias, seja em Paço de Arcos, em Algés também, julgo eu, a existência de mercados extremamente curiosos, onde pontualmente “A”, “B” ou “C” ali vai para, enfim, comercializar as suas velharias.-----

----- O que verifico da análise destas Taxas, é que há uma colocação quase por igual, em termos de tratamento, quanto às pessoas que participam nessas feiras de velharias com um qualquer, enfim, vendedor ambulante que, episodicamente esteja numa determinada feira. E, aqui começa a minha questão e a questão é esta: -----

----- Estas feiras são hoje, tanto quanto julgo saber, até pela sua inclusão em algumas das revistas do nosso Município, não direi um “ex-libris”, mas efectivamente algo já perfeitamente conhecido e que, de alguma maneira, reúne com regularidade pessoas, comerciantes, interessados, curiosos nessas feiras. O que cria, portanto, uma dinâmica importante para o Concelho e que cria, de facto, algo que considero inovador nesta matéria. -----

----- Sem pôr em causa, as feiras, a sua curiosidade como elemento cultural intrinsecamente ligado ao nosso Povo, principalmente, enfim, hoje, ainda hoje no Norte do País. Hoje, de facto, aqui, na zona de Lisboa temos muito pouco. -----

----- Parece-me que realmente criar uma taxa para as feiras de velharias, nos termos em que ela está colocada, sem redução ou isenção, parece-me, de facto, algo a rever. -----

----- Entendo que não desmereceria dar algum alento às pessoas que nela participam e, de facto, tendo em conta as características especiais dessas feiras, daqueles que nelas participam quer como compradores, quer como vendedores, o facto de ser hoje, um facto marcante na própria vida do Concelho, julgo que, a incidência, em termos financeiros para o Município, se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

foram feitas as contas, mas não será, de facto, manifestamente elevado. E, julgo que poder-se-ia incluir a nível das isenções definidas, obviamente depois, por esta Assembleia Municipal, porque não podia deixar de ser! Ou seja, a nível de isenção ou a nível de redução de taxas, a sua inclusão deste ponto apenas e tão-somente para os frequentadores, portanto, os comerciantes, digamos que, estão nessas feiras de velharias, possivelmente alguns deles nem o serão, ou no Artigo quarto, número três ou no Artigo quarto, número quarto. -----

----- Julgo que, a Câmara, de alguma maneira, com esta medida, poderia dar acolhimento à continuidade dessas feiras, porque arriscamos, eventualmente, a que amanhã, os comerciantes desapareçam, mudem para outras feiras à volta de Oeiras, e, de facto, sem comerciantes, seguramente também não haverá compradores e, se não houver ali um encontro de vontades nestas duas áreas, não temos feiras. -----

----- E, portanto, não é tanto o valor em si, porque o valor, há que dizê-lo, o valor nem sequer é elevado. Estamos a falar de seis ponto noventa e oito euros. Ainda que seja por dia. Mas, apesar de tudo, julgo que era simbólico, era importante, realmente, esta questão. E, daí que, gostaria de deixar à Câmara a hipótese de pensar, incluir neste Artigo uma isenção ou uma redução dos valores que depois, obviamente, viriam à Assembleia Municipal para serem decididos, porque têm que o ser. Mas, era algo importante para proteger uma manifestação que, de alguma maneira, é mais um elemento cultural do que propriamente um elemento mercantil. Muito obrigado.”-----

----- **Sr. Joaquim Cotas (CDU)** -----

----- O Senhor Deputado Joaquim Cotas fez a seguinte intervenção: -----

----- “A CDU entende que, se reveste dum significado muito importante este Regulamento para a Câmara, visto que se trata de um instrumento que é, ao fim e ao cabo, uma fonte de receitas importante. -----

----- Da análise que a CDU fez a este documento, resultaram as seguintes questões:-----

----- As Taxas constantes no Regulamento ainda em vigor foram actualizadas em dois por cento que, segundo o documento, se reporta ao índice anual de preços no consumidor. -----

----- Contudo, este Regulamento que vem substituir o que estava em vigor já há uns anos contempla novas taxas! Contempla novas taxas, portanto, um enquadramento diferente. E, algumas destas taxas, segundo a nossa opinião, revestem-se de valores que nós consideramos bastante elevados e alguns exagerados. E, este facto, vai impedir que a CDU aprove este documento.-----

----- A CDU entende também que a actualização anual das taxas, não deverá continuar a sofrer indexação automática. Deverão ser, isso sim, analisadas, discutidas e votadas anualmente aqui na Assembleia Municipal, em Sessão normal. Porque a Assembleia Municipal não pode nem deve demitir-se das suas competências nem das suas responsabilidades. Deveremos adequar isto a que seja possível, claro que estou a ver qual vai ser o problema que a Câmara levanta, mas nós temos necessidade de aplicar estes novos valores a partir de Janeiro! Pronto. E, portanto, a indexação aqui é fundamental, porque a partir de Janeiro começam a vigorar os novos valores. --

----- Pois, nós entendemos que a Câmara deverá estudar e trazer à Assembleia Municipal este problema, de modo a que, sem que a Câmara perca receitas, os valores não sejam indexados sem que a Assembleia Municipal os analise, os discuta e os aprove, visto que é uma das competências fundamentais deste Órgão Deliberativo e Fiscalizador da Actividade da Câmara Municipal de Oeiras. Muito obrigado.” -----

----- **Sr. João Viegas (PS)** -----

----- O Senhor Deputado João Viegas fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente.-----

----- Apenas dois ou três apontamentos muito breves.-----

----- Pois, de facto, como disse o Senhor Deputado Joaquim Cotas, o que estamos aqui aprovar é o aumento, que o Partido Socialista considera que estando indexado à Taxa de Inflação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ou de Índice Preço nos consumidores, é um critério justo. Mormente a exposição feita pelo anterior Deputado, possa haver aqui pontos, onde especificamente nós possamos rever uma taxa ou outra, alguma actividade em concreto, que possa estruturalmente estar errada. O princípio de Indexação e deste aumento, parece-nos correcto. -----

-----No entanto, em relação à intervenção do Deputado Pracana, apraz-nos contrastar um pouco, a posição tomada pelo Partido Social Democrata.-----

-----É sem dúvida, diria uma referência cultural ou da actividade dos Oeirenses reconhecida a Feira de Velharias. Mas, não nos parece que esta taxa que até é pequena, que se deva, portanto, incentivar ou contribuir para essa moldura da feiras e o sucesso que elas têm tido, através de deduções nas taxas. Até porque o enquadramento do Artigo quarto é extremamente claro e penso que politicamente correcto, que contempla as instituições religiosas, as cooperativas, as IPPS, as associações desportivas e culturais, essas sim, que deverão ter isenção.

-----Nós sugerímos antes, uma estratégia que passa muito mais pela questão executiva de publicidade às feiras, dar mais condições logísticas à feira e, deste modo, torná-la mais competitiva, seguindo a linha de raciocínio do Senhor Deputado Pracana em relação à concorrência de outros concelhos.-----

-----Portanto, era esta a sugestão que o Partido Socialista queria deixar em relação a esta questão específica das feiras de velharias.-----

-----Tínhamos aqui um pedido de informação em relação ao Artigo quarto, portanto, o Artigo em causa, o Artigo das Isenções, alínea c), onde é especificado o licenciamento ou autorização de obras de construção de hotéis, empreendimentos de natureza hoteleira e outros previamente classificados de interesse turístico.-----

-----O Partido Socialista, da análise desta alínea, pressupôs que isto é uma questão estratégica para o Concelho, uma aposta no turismo, um factor, portanto, que aumenta a competitividade e as condições do Concelho para atrair unidades hoteleiras. -----

----- O que a gente gostaria de saber, é se a Câmara nos pode dar, com alguma precisão, os casos em que esta alínea tem sido aplicada. Se tem tido sucesso e os valores, os montante em causa de isenções específicas para estes licenciamentos? Era só, muito obrigado.” -----

----- **Sr.^a Presidente em Exercício da A.M.** -----

----- A Senhora Presidente em Exercício da Assembleia Municipal disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada. -----

----- Não havendo mais pedidos de palavra, dava, então, a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos.” -----

----- **Sr. Vice-Presidente da C.M.O.** -----

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Senhor Vereador José Neno deu os seguintes esclarecimentos:-----

----- “Muito boa tarde, Senhora Presidente. -----

----- Senhores Deputados.-----

----- Muito rapidamente, julgo poder responder às questões postas pelos Senhores Deputados em dois grandes grupos: -----

----- Um deles em relação à Feira das Velharias, e isso vou fazê-lo, referindo que no nosso Município, digamos que, o número de lugares disponíveis e os interessados em participar na Feira das Velharias, tem sido superior àquilo que são os lugares disponíveis. Ou seja, há uma maior oferta de expositores, digamos assim, do que os lugares disponíveis para essa situação.---

----- Também vos disse e, aliás, os Senhores Deputados referiram precisamente essa situação que, as taxas aqui previstas têm um valor praticamente insignificante, muito pequeno, e, isto tem a ver fundamentalmente com a cobertura de algumas despesas que a Câmara Municipal tem com estes espaços, nomeadamente a nível de limpeza, em termos de apoio pessoal, etc., etc.

----- Portanto, digamos assim, não são estas taxas, que vão enriquecer o Município, passo a expressão, mas sim para cobrir aquilo que são despesas e, mesmo assim, julgo que não dará



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

para essa mesma situação. -----

----- Depois, se a Senhora Presidente me permitir, depois passaria aqui ao Vereador Ferreira de Matos, que tem esta área, para dar mais algumas explicações nesta matéria. -----

----- Em relação àquilo que o Senhor Deputado João Viegas refere sobre as isenções às unidades hoteleiras, naturalmente que é um incentivo. E, questionou também qual tem sido o sucesso da aplicação desta taxa e se tem vindo, o Município de Oeiras tem vindo a fazer uma aposta, naturalmente em termos estratégicos, em termos turismo. Isso tem sido visível. -----

----- Nos últimos anos, muito recentemente começaram a aparecer no Concelho algumas unidades hoteleiras. Neste momento, está uma outra em construção também no Lagoas Parque. Portanto, na Freguesia de Porto Salvo temos, pelo menos, duas unidades hoteleiras. E, isso penso que é um pequeno incentivo que a Câmara dá à isenção dessas taxas cobradas a estas mesmas unidade hoteleiras. Porquê? Também porque para o Município nos interessa. Como sabem, um dos critérios do Fundo de Equilíbrio Financeiro de transferência da Administração Central para a Administração Local, um dos critérios de distribuição dessas verbas é o número de camas existentes a nível do Concelho. E, portanto, também a nós nos interessa haver mais unidades hoteleiras. E, portanto, não lhe sei quantificar em quanto é que isso se traduz, porque isso depende da área de construção, depende da área de ocupação de cada uma, mas é fundamentalmente em termos das licenças e das taxas cobradas, que se cobram a particulares por uma determinada urbanização ou por uma determinada construção. E, portanto, são essas taxas que aí dizem respeito. -----

----- Depois referir-vos que em relação àquilo que o Senhor Deputado Joaquim Cotas refere, que a Assembleia Municipal deve exercer o seu poder fiscalizador sobre estas taxas, naturalmente é este Regulamento que vem cá. E, aliás, o Senhor Deputado acabou por referir precisamente a dificuldade que é não trazermos as taxas no princípio do ano. É no mês de Janeiro, como sabe, a transição do ano civil em que elas são aplicadas. E, pareceu-nos a nós, na

Câmara, que este critério que é justo indexá-las ao índice de preços ao consumidor, que é tabelado e, portanto, que não deixaria, digamos assim, aqui ao livre arbítrio. Está tabelado e portanto é imediato sob pena de, se nós deixarmos todos os anos a vir para aqui, o que aconteceu este ano, o que acontece é que está em vigor, são as taxas anteriores, e, portanto, o Município, em todas aquelas que são as renovações anuais de licenças, por exemplo do mês de Janeiro, naturalmente que tem prejuízos nessa matéria, porque ainda são as anteriores. -----

----- Portanto, pareceu-nos por bem de estar aqui esta situação da actualização das taxas.

----- E, penso que fundamentalmente era isso. -----

----- Passaria aqui ao Senhor Vereador Ferreira de Matos só para complementar. -----

----- **C.M.O.** -----

----- **Sr. Vereador Ferreira de Matos** -----

----- O Senhor Vereador Ferreira de Matos prestou os seguintes esclarecimentos: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Para responder ao Senhor Deputado Jorge Pracana sobre esta questão das taxas e do preço, não posso estar mais em desacordo com a sua proposta. E, explico-lhe porquê, Senhor Deputado. É que isto é uma actividade mercantil ao contrário do que diz, que não é tanto mercantil, é uma actividade mercantil, que é exercida em algumas freguesias do Concelho, em quatro freguesias neste momento, e que tem tido uma grande procura por parte de pessoas, na esmagadora maioria, de fora do Concelho. -----

----- A nossa atenção não se pode virar para as taxas, antes deve virar-se para a requalificação do espaço, para a atenção que damos, em termos de apoiar os comerciantes com dignidade, com segurança, com limpeza, com todo o tipo de apoio, que eles necessitam para exercerem a sua actividade, em vez de, estarmos a dar um subsidiozinho ou uma taxazinha mais baixa, “coitadinhos dos pobrezinhos”. Não são pobrezinhos. Não são coitadinhos. E, nós devemos ter esta prestação muito séria, que é: devemos trabalhar com eles de uma forma clara,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

apoio naquilo que a Câmara pode apoiar, mas exigindo também aquilo que a Câmara deve exigir, que são as taxas pela ocupação. -----

----- Infelizmente, as feiras de velharias não correspondem àquilo que nós, Executivo desejamos. Estão melhores, mas ainda estão longe dos objectivos, que pretendemos e porquê? Porque, nós queremos verdadeiras feiras de velharias. Não queremos feiras a vender plásticos, a vender roupas, por outras palavras e que me desculpe o Concelho de Cascais, não queremos a Feira de Carcavelos nas freguesias de Oeiras e temos lutado por isso, reduzimos drasticamente o número de ocupantes das feiras. Em Algés passaram de trezentos para cerca de duzentos. E, isso dar-lhe-á com certeza a ideia da nossa preocupação em reestruturar esta actividade. Queremo-la com grande dignidade. Queremos com produtos muito bons para servir os municíipes, mas servir os municíipes em todas as vertentes. -----

----- E uma das reclamações grandes, que tínhamos, é que os municíipes de Algés, e era o sítio onde com mais frequência havia reclamações, deixaram de ter passeios, deixaram de ter lugar para estacionar nos dias em que havia as feiras e foi por isso que tivemos que reduzir e redimensionar aquilo ao espaço existente e não a outro. -----

----- Portanto, não me parece que haja problemas com as taxas. Não há de resto, da parte deles, reclamações. Posso dizer-lhe com toda a franqueza que de todas as pessoas, que participam nestas feiras, apenas uma veio reclamar e com um argumento, que utilizou a semana passada, que “eu tenho o uso capião, porque eu estou cá desde a primeira hora”. E, eu não sei, o que é isso de uso capião em feiras de velharias. -----

----- De modo que, não há reclamações nesse sentido. Estamos cá para dar todo o apoio, mas não para baixar taxas. Muito obrigado.” -----

----- **Sr.^a Presidente em Exercício da A.M.** -----

----- A Senhora Presidente em Exercício da Assembleia Municipal disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigada.-----

----- Senhor Deputado Joaquim Cotas, ficou algum pedido de esclarecimento por satisfazer? -----

----- Então diga, Senhor Deputado.”-----

----- **Sr. Joaquim Cotas (CDU)** -----

----- O Senhor Deputado Joaquim Cotas fez a seguinte intervenção: -----

----- “Ficou e que é o seguinte:-----

----- A aprovação pela Assembleia Municipal da indexação, não é “ad-eterno”, foi para o Regulamento anterior. -----

----- Agora, vai entrar, vai ser hoje aprovado um novo Regulamento que contempla, o que estava no anterior e mais uma série de coisas. Portanto, o que questiono é se, na verdade, não é necessário fazer uma votação, se vamos continuar com a indexação ou não, visto que ela não é “ad-eterno”. E, já foi há bastante tempo, foi para o Regulamento anterior. Portanto, a questão, que eu ponho, é esta.”-----

----- **Sr. Vice-Presidente da C.M.O.** -----

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Senhor Vereador José Neno deu os seguintes esclarecimentos:-----

----- “Senhor Deputado, é assim: -----

----- Naturalmente, como diz a Lei, sempre que haja uma nova taxa ou seja criada uma nova taxa, ela tem que vir à Assembleia Municipal. E, isso é claro. -----

----- Neste Regulamento aproveitou-se com a criação de algumas novas taxas, tal como refere. Posso-lhe dizer algumas, que tenho presentes de cabeça, algumas que seriam as seguintes:

----- Por exemplo, o Município de Oeiras tem vindo a ser, ao longo dos últimos tempos, muito procurado para realização de filmagens; telenovelas, filmes, etc., que pedem à Câmara Municipal cortes de trânsito, ocupam a via pública, etc., etc. -----

----- Bom, e, como essa taxa, a taxa de ocupação desse espaço, se um particular corta a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

via pública para fazer uma ligação de esgotos, paga taxa, também a nós nos pareceu que, quando da realização dessas filmagens, também o deveriam fazer. E, até aqui, eles estavam isentos, porquê? Porque não estava prevista. -----

-----Portanto, o que é que se propôs neste Regulamento?-----

-----Foi integrar as novas taxas, que nós achamos necessárias criar de novo e, por isso vem aqui, à Assembleia Municipal e também pegar em todo este Regulamento e dar-lhe uma nova estrutura, uma nova situação, que é muito daquilo que vinha do anterior. Mas, como sabem também os Senhores Deputados, estava um Regulamento em vigor e depois havia diversas adendas, que tinham sido criadas entretanto. Portanto, foi dar-lhe corpo. Foi integrado tudo no mesmo. E, portanto, foi esse o objectivo.-----

-----Naturalmente que, em relação a este Regulamento, aquilo que aqui está proposto, é que, no fim deste ano civil, seja actualizado dois por cento, certo? Dois por cento não, é de acordo com o Índice de Preço ao consumidor. Se houver uma nova taxa, isso aí não pode, não está incluída no Regulamento, terá que vir aqui, à Assembleia Municipal para ser aprovada.-----

-----Portanto, aquilo que se fez aqui, não sei se foi perceptível, mas foi integrar novas taxas, que estão sempre a ser criadas algumas novas taxas sempre que nos parecem justificáveis. Uma delas foi este caso, que lhe expliquei, porque não era, digamos assim, cobrado pelo Município estas interrupções de trânsito, estas interrupções da via pública e ocupação da via pública muitas vezes com camiões. Todos nós com certeza vimos já, por diversas vezes, essa situação e, então, o Município estava inibido de cobrar essa taxa de ocupação.-----

-----Portanto, veio aqui o Regulamento, vem aprovado pela Assembleia Municipal e, a partir de agora, podemos começar a cobrá-la.-----

-----Quanto às outras questões, qualquer nova taxa, que se ache conveniente criar, naturalmente que terá sempre vir aqui, à Assembleia Municipal.-----

-----Não sei se consegui responder.”-----

----- **Sr.^a Presidente em Exercício da A.M.** -----

----- A Senhora Presidente em Exercício da Assembleia Municipal refere o seguinte:-----

----- “Muito obrigada. -----

----- Vamos, então, submeter à votação a alteração do Regulamento e Tabela de Taxas e outras Receitas Municipais de Oeiras.-----

7.1.1.VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente em Exercício da Assembleia Municipal pôs à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por maioria com trinta votos a favor, sendo vinte do PSD (Elísio Olavo Gouveia da Veiga, Custódio Mateus Correia de Paiva, Luís Costa e Castro, Manuel Carvalho Teixeira, António Joaquim Moreira, José Carlos Estorninho, Rui Manuel de Freitas, Salvador Bastos Costeira, José Vilhena Milhano, José Manuel Amaral Lopes, Elisabete Rodrigues Oliveira, Jorge Silva Pracana, Manuel Madeira Martinho, Alexandre Martins da Luz, António José Viana Basto, Sofia de Sequeira Galvão, Arlindo Pereira Barradas, Maria Madalena Castro, Levy Nunes Gomes e Fernando Caldeira Martins), nove do PS (Vidal Diogo Antão, Marcos Sá Rodrigues, Luísa Maria Diego Lisboa, Pedro Afonso Melo e Sá, Joaquim dos Reis Marques, Cláudia Sofia Monteiro Silva, Pedro Licínio Martins Pereira, Pedro Duarte Lara Everard e João Carlos Macedo Viegas) e um voto a favor do CDS/PP (Paulo Henrique Mendes de Miranda) e quatro votos contra, sendo três da CDU (Joaquim Vieira Cotas, José Manuel Milheira Pinto Ferreira e Ermelinda da Conceição Oliveira) e um voto contra do BE (Miguel Almeida Pinto), que se dá por transcrita e fica em anexo à presente Acta, dela fazendo parte integrante. -----

----- Esta Deliberação foi aprovada em minuta.-----

----- DELIBERAÇÃO N.^º 1 /2005 -----

PROPOSTA C.M.O. – 1822/04 – ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE OEIRAS. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta mil oitocentos e vinte e dois barra zero quatro, a que se refere a deliberação número dez da reunião da Câmara Municipal, realizada em vinte e seis do mês findo e deliberou por maioria, com trinta votos a favor, sendo vinte do Partido Social Democrata, nove do Partido Socialista e um do Centro Democrático/Partido Popular e quatro votos contra sendo três da Coligação Democrática Unitária e uma do Bloco de Esquerda, aprovar as alterações e aditamentos ao Regulamento e Tabela de taxas e outras Receitas do Município de Oeiras, nos termos e condições propostos pelo Órgão Executivo do Município, traduzidos naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da Acta. -----

----- (Assina esta Deliberação a Primeira Secretária da Assembleia Municipal, Dona Maria Madalena Pereira da Silva Castro). -----

7.1.1.1. Sr. Joaquim Cotas (CDU) – DECLARAÇÃO DE VOTO -----

----- O Senhor Deputado Joaquim Cotas fez a seguinte Declaração de Voto: -----

----- “A CDU votou contra, não contra as taxas, porque ficou claro da nossa intervenção inicial. -----

----- Votamos contra face ao valor das novas taxas e, ao facto de, a indexação continuar, como se disse já vem de longe, mas não é para valer toda a vida! -----

----- Ora, nós como vamos aprovar um Regulamento, que substitui o anterior e que trás muito mais coisas do que o anterior, parece-nos a nós que deveria, outra vez, ser aqui votado, se continuamos com a indexação automática ou não. -----

----- Era esse o nosso pensamento. E, portanto, nós votamos contra, exactamente por causa disso, não por causa das taxas em si.” -----

7.2. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O. Nº. 1506/04 relativa à Revogação do Nº. 3, do Artigo 28º., do Regulamento de Abastecimento de Água dos SMAS de Oeiras e Amadora – Ofício Nº. 6751 – 05.01.17 -----

----- **Deliberação Nº. 2/2005 da A.M.** -----

----- **Sr.^a Ermelinda Oliveira (CDU)** -----

----- A Senhora Deputada Ermelinda Oliveira fez a seguinte intervenção: -----

----- “A CDU vai votar favoravelmente esta proposta até porque a revogação do ponto três da mesma, era um imperativo, dado que no nosso entender, ela para além de imoral, não tinha qualquer valor jurídico. Só pode ser responsabilizada, nestes casos, a pessoa que assinou o contrato e nunca o proprietário do imóvel pelo facto do seu arrendatário não cumprir as suas obrigações. -----

----- O único a responsabilizar será o consumidor e quando muito o fiador, caso exista neste termos. -----

----- De forma que, votámos favoravelmente até porque ela não tem qualquer valor jurídico.”-----

----- **Sr. Reis Marques (PS)** -----

----- O Senhor Deputado Reis Marques disse o seguinte: -----

----- “Esta é aquelas propostas que nos parece a nós, que é uma questão de justiça social e por isso nós vamos votar favoravelmente.”-----

----- **Sr.^a Presidente em Exercício da A.M.** -----

----- A Senhora Presidente em Exercício da Assembleia Municipal refere o seguinte:-----

----- “Obrigada.-----

----- Fica registado que o Senhor Deputado Paulo Miranda reitera as mesmas palavras do Senhor Deputado Reis Marques.-----

----- Vamos, então, proceder à votação.”-----

7.2.1.VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente em Exercício da Assembleia Municipal pôs à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por unanimidade com trinta e três votos a favor, sendo dezanove



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

do PSD (Elísio Olavo Gouveia da Veiga, Custódio Mateus Correia de Paiva, Luís Costa e Castro, Manuel Carvalho Teixeira, António Joaquim Moreira, José Carlos Estorninho, Rui Manuel de Freitas, Salvador Bastos Costeira, José Vilhena Milhano, José Manuel Amaral Lopes, Jorge Silva Pracana, Manuel Madeira Martinho, Alexandre Martins da Luz, António José Viana Basto, Sofia de Sequeira Galvão, Arlindo Pereira Barradas, Maria Madalena Castro, Levy Nunes Gomes e Fernando Caldeira Martins), nove do PS (Vidal Diogo Antão, Marcos Sá Rodrigues, Luísa Maria Diego Lisboa, Pedro Afonso Melo e Sá, Joaquim dos Reis Marques, Cláudia Sofia Monteiro Silva, Pedro Licínio Martins Pereira, Pedro Duarte Lara Everard e João Carlos Macedo Viegas), três da CDU (Joaquim Vieira Cotas, José Manuel Milheira Pinto Ferreira e Ermelinda da Conceição Oliveira), um voto a favor do CDS/PP (Paulo Henrique Mendes de Miranda) e um voto a favor do BE (Miguel Almeida Pinto), que se dá por transcrita e fica em anexo à presente Acta, dela fazendo parte integrante.

-----Esta Deliberação foi aprovada em minuta.

-----DELIBERAÇÃO N.º 2 /2005-----

PROPOSTA C.M.O. N.º 1506/04 – REVOGAÇÃO DO N.º 3 DO ART.º 28.º DO REGULAMENTO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DOS SMAS DE OEIRAS E AMADORA.

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta mil quinhentos e seis barra zero quatro, a que se refere a deliberação número cinquenta e um da reunião da Câmara Municipal, realizada em vinte e sete de Outubro do ano findo, que ratificou a deliberação de vinte e cinco do referido mês, do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora e deliberou por unanimidade, com trinta e três votos a favor, sendo dezanove do Partido Social Democrata, nove do Partido Socialista, três da Coligação Democrática Unitária, um do Centro Democrático Social/ Partido Popular e um do Bloco de Esquerda aprovar a revogação do número três do artigo vigésimo

oitavo do Regulamento de Abastecimento de Água dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora, nos termos e condições propostos pelo Órgão Executivo do Município, traduzidos naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, também por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da Acta.-----

----- (Assina esta Deliberação a Primeira Secretária da Assembleia Municipal, Dona Maria Madalena Pereira da Silva Castro). -----

7.3. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O. Nº. 1810/04 relativa à Actualização das Comparticipações para Obras Gerais de Reforço de Abastecimento de Água para o ano de 2005 – SMAS – Ofício Nº. 6752 – 05.01.17 -----

----- **Deliberação Nº. 3/2005 da A.M.** -----

----- **Sr. Joaquim Cotas (CDU)** -----

----- O Senhor Deputado Joaquim Cotas fez a seguinte intervenção: -----

----- “Como se trata de um aumento da taxa, não para o consumidor, mas sim para os urbanizadores, a CDU nada tem apor a este aumento. Porque, se fosse a inversa, obviamente que nós teríamos outra postura. -----

----- Mas, parece-me que os urbanizadores deste Concelho não têm razão de queixa destas taxas, e isto é uma contribuição, obviamente, para os SMAS poderem desenvolverem melhor a sua actividade no domínio do investimento, visando sobretudo a recuperação da rede antiga para a rede moderna, procurando poupar água, aquelas perdas de água, que embora se tenham reduzido substancialmente ainda são bastante elevadas e também melhorar a qualidade da água de consumo humano. Por isso, a CDU não terá nada a opôr a esta proposta.” -----

----- **Sr.^a Presidente em Exercício da A.M.** -----

----- A Senhora Presidente em Exercício da Assembleia Municipal falou o seguinte: -----

----- “Muito obrigada. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----Bom, não há mais pedidos de palavra, vamos votar, então, a Proposta número quatro.”-----

7.3.1.VOTAÇÃO -----

-----A Senhora Presidente em Exercício da Assembleia Municipal pôs à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por unanimidade com trinta e três votos a favor, sendo dezanove do PSD (Elísio Olavo Gouveia da Veiga, Custódio Mateus Correia de Paiva, Luís Costa e Castro, Manuel Carvalho Teixeira, António Joaquim Moreira, José Carlos Estorninho, Rui Manuel de Freitas, Salvador Bastos Costeira, José Vilhena Milhano, José Manuel Amaral Lopes, Jorge Silva Pracana, Manuel Madeira Martinho, Alexandre Martins da Luz, António José Viana Basto, Sofia de Sequeira Galvão, Arlindo Pereira Barradas, Maria Madalena Castro, Levy Nunes Gomes e Fernando Caldeira Martins), nove do PS (Vidal Diogo Antão, Marcos Sá Rodrigues, Luísa Maria Diego Lisboa, Pedro Afonso Melo e Sá, Joaquim dos Reis Marques, Cláudia Sofia Monteiro Silva, Pedro Licínio Martins Pereira, Pedro Duarte Lara Everard e João Carlos Macedo Viegas), três da CDU (Joaquim Vieira Cotas, José Manuel Milheira Pinto Ferreira e Ermelinda da Conceição Oliveira), um voto a favor do CDS/PP (Paulo Henrique Mendes de Miranda) e um voto a favor do BE (Miguel Almeida Pinto), que se dá por transcrita e fica em anexo à presente Acta, dela fazendo parte integrante.-----

-----Esta Deliberação foi aprovada em minuta.-----

-----DELIBERAÇÃO N.º 3 /2005 -----

PROPOSTA C.M.O. N.º 1810/04 – ACTUALIZAÇÃO DAS COMPARTICIPAÇÕES PARA OBRAS GERAIS DE REFORÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA O ANO DE 2005 - SMAS.-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta mil oitocentos e dez barra zero quatro, a que se refere a deliberação número setenta e seis da reunião da Câmara Municipal, realizada em vinte e dois de Dezembro do ano findo, que ratificou a deliberação de

vinte do referido mês, do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora e deliberou por unanimidade, com trinta e três votos a favor, sendo dezanove do Partido Social Democrata, nove do Partido Socialista, três da Coligação Democrática Unitária, um do Centro Democrático Social/ Partido Popular e um do Bloco de Esquerda aprovar a Actualização das Comparticipações para Obras de Reforço de Abastecimento de Água para o ano de dois mil e cinco, cujo valor se transcreve: -----

----- Dois mil e quatro – variação percentagem dois mil e quatro/dois mil e cinco (sem arredondamento) – dois mil e cinco (com arredondamento):-----

----- Habitação e Comércio – um euro e sessenta e nove cêntimos – dois vírgula quatro – um euro e setenta e três cêntimos.-----

----- Indústria – cinquenta cêntimos – dois vírgula quatro – cinquenta e um cêntimos. -----

----- Equipamento – quarenta e sete cêntimos – dois vírgula quatro – quarenta e oito cêntimos. - -----

----- (Valores por metro quadrado de construção e isentos de IVA).-----

----- Conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzidos naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, também por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da Acta.-----

----- (Assina esta Deliberação a Primeira Secretária da Assembleia Municipal, Dona Maria Madalena Pereira da Silva Castro). -----

7.4. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O. Nº. 31/05 relativa ao Requerimento Nº. 465/04 – Apenso ao S.P. 26/03 – Adesão à Rede Nacional de Cidades e Vilas com Mobilidade para Todos – Ofício Nº. 16944 – 05.02.04 -----

----- Deliberação Nº. 4/2005 da A.M. -----

----- Sr.^a Ermelinda Oliveira (CDU) -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A Senhora Deputada Ermelinda Oliveira fez a seguinte intervenção: -----

----- “A CDU vai votar também favoravelmente esta proposta, até porque consideramos um imperativo criar condições de mobilidade para todos. -----

----- Esperamos, no entanto, que isto não passe apenas de boas intenções, embora possamos reconhecer que alguma coisa já se tem feito neste campo, mas há muito mais ainda a fazer.-----

----- Aproveito porque agora nestas eleições do dia vinte, estando numa Assembleia de Voto, detectei e anotei para apresentar à Câmara, a necessidade, porque se prende exactamente com isto, de criar condições para os deficientes na Assembleia de Voto.-----

----- Detectamos o seguinte: -----

----- Pessoas que se deslocaram à Assembleia em cadeiras de rodas, tiveram extrema dificuldade: -----

----- Primeiro, em levar a cadeira até à Cabine de Voto e, depois também, para exercer o seu direito de voto, não conseguiam chegar lá e tiveram extremas dificuldades. -----

----- Anotei isso e até disse: uma proposta que vou apresentar depois à Câmara, no sentido de serem criadas condições nessas Assembleias por forma a que as pessoas possam exercer o seu direito com facilidade especialmente os deficientes. E, que nestas eleições, realmente, eles foram muitos e muitos, aqueles que se deslocaram às Assembleias de Voto. -----

----- Portanto, nós votamos favoravelmente esta proposta também. -----

7.4.1. VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente em Exercício da Assembleia Municipal pôs à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por unanimidade com trinta e três votos a favor, sendo dezanove do PSD (Elísio Olavo Gouveia da Veiga, Custódio Mateus Correia de Paiva, Luís Costa e Castro, Manuel Carvalho Teixeira, António Joaquim Moreira, José Carlos Estorninho, Rui Manuel de Freitas, Salvador Bastos Costeira, José Vilhena Milhano, José Manuel Amaral Lopes,

Jorge Silva Pracana, Manuel Madeira Martinho, Alexandre Martins da Luz, António José Viana Basto, Sofia de Sequeira Galvão, Arlindo Pereira Barradas, Maria Madalena Castro, Levy Nunes Gomes e Fernando Caldeira Martins), nove do PS (Vidal Diogo Antão, Marcos Sá Rodrigues, Luísa Maria Diego Lisboa, Pedro Afonso Melo e Sá, Joaquim dos Reis Marques, Cláudia Sofia Monteiro Silva, Pedro Licínio Martins Pereira, Pedro Duarte Lara Everard e João Carlos Macedo Viegas), três da CDU (Joaquim Vieira Cotas, José Manuel Milheira Pinto Ferreira e Ermelinda da Conceição Oliveira), um voto a favor do CDS/PP (Paulo Henrique Mendes de Miranda) e um voto a favor do BE (Miguel Almeida Pinto), que se dá por transcrita e fica em anexo à presente Acta, dela fazendo parte integrante. -----

----- Esta Deliberação foi aprovada em minuta.-----

----- DELIBERAÇÃO N.º 4 /2005 -----

PROPOSTA C.M.O. N.º 31/05 – REQT.º N.º 465/04 APENSO AO S.P. 26/03 – ADESÃO À REDE NACIONAL DE CIDADES E VILAS COM MOBILIDADE PARA TODOS. -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta trinta e um barra zero cinco, a que se refere a deliberação número onze da reunião da Câmara Municipal, realizada em vinte e seis de Janeiro último, e deliberou por unanimidade, com trinta e três votos a favor, sendo dezanove do Partido Social Democrata, nove do Partido Socialista, três da Coligação Democrática Unitária, um do Centro Democrático Social/ Partido Popular e um do Bloco de Esquerda aprovar o Contrato Programa para continuidade da proposta de adesão da Câmara Municipal de Oeiras à Rede Nacional de Cidades e Vilas com Mobilidade para todos com a Associação Portuguesa de Planeadores do Território, nos termos e condições propostos pelo Órgão Executivo do Município, traduzidos naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, também por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da Acta.-----

----- (Assina esta Deliberação a Primeira Secretária da Assembleia Municipal, Dona



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Maria Madalena Pereira da Silva Castro).

8. Sr.^a Presidente em Exercício da A.M.

----- A Senhora Presidente em Exercício da Assembleia Municipal falou o seguinte:

----- “Bom, são sete horas, vamos interromper aqui os nossos trabalhos.

----- Como já tínhamos combinado, esta reunião terá continuidade nesta mesma sala na próxima segunda-feira, pelas vinte e uma horas.

----- Vamos, agora, dar início...”

----- **A Senhora Presidente em Exercício foi questionada por um interveniente, mas como o fez de microfone desligado, não foi possível a sua transcrição.**

----- A **Senhora Presidente em Exercício, da Assembleia Municipal de Oeiras**, disse ainda o seguinte:

----- “Sim, em princípio terá, mas serão oportunamente distribuídos, porque temos que acrescentar a Adesão à Carta de Aalborg. E, eventualmente, não sabemos, se a Câmara terá mais alguma deliberação para submeter a aprovação da Assembleia. Mas isso, os Senhores, os Líderes de Bancada serão informados oportunamente.

----- Vamos então abrir o período de inscrições para os municíipes, que estão presentes e quiserem intervir.

----- Temos, agora, um período para isso, e, agradecia que os Senhores se aproximassem daquele microfone, e, quando fizessem a intervenção, se identificassem com nome e a morada, por favor.”

9. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

9.1. Sr. Valdemar Barreto

----- O Senhor Valdemar Barreto fez a seguinte intervenção:

----- Por deficiências de gravação não é possível transcrever o início da intervenção do Município. Foi apenas possível transcrever o seguinte:

----- “...quatro metros dos prédios, gerando infiltrações. -----

----- Fazer uma estrada, que era suposto passar apôs o ribeiro, portanto, a mais de vinte metros para cerca de cinco metros, tendo prevista uma cota de um metro, sendo a cota actual de seis metros. Meus amigos, isto é bom senso, não é Lei! É bom senso. -----

----- Na continuidade deste facto, como devem imaginar, com todo o respeito pelos profissionais ou semi-profissionais desta nobre Assembleia. -----

----- Eu, hoje, tive que dispor uma tarde do meu dia de trabalho, uma vez que, eu conjuntamente com cinquenta famílias, que somos um grupo de moradores que estão envolvidos nesta situação, tentamos contactar a Senhora Presidente via e-mail, via fax, via carta e, infelizmente, as respostas que tivemos foi nenhuma.-----

----- Acredito, que existam muitos assuntos a tratar, há muitos municípios e possivelmente há mais problemas tão graves ou mais que estes. -----

----- Queria aproveitar aqui para solicitar, embora tenha a consciência que muito têm a fazer, todos os Grupos Parlamentares, que se dispusessem a realizarmos uma reunião onde nós teremos todo o prazer em partilhar a documentação que, duma forma airosa e difícil, temos vindo a juntar ao longo destes últimos quatro anos.-----

----- Se assim se entender e se entenderem por bem, far-nos-emos representar pelo nosso advogado.-----

----- Gostaria de terminar precisamente reforçando o ponto, pelo qual comecei: -----

----- Hoje mesmo, participámos numa reunião com a CCDR, na presença do responsável pelo Gabinete Jurídico deste Organismo, Doutor António Magalhães que, mais uma vez, nos confirmou que, efectivamente, esta obra não deveria estar a verificar-se face aos documentos por este Organismo emitidos.-----

----- Portanto, gostaria que a Senhora Presidente, de alguma forma, nos tranquilizasse e que nos dissesse que este Organismo nos tem induzido em erro e, inclusivamente, emitido provas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

nesse mesmo sentido. -----

----- Muito obrigado pela atenção que me dispensaram.” -----

9.2. Sr.^a Maria Clotilde Moreira, Moradora em Algés -----

----- A Senhora Dona Maria Clotilde Moreira disse o seguinte: -----

----- “Moro na Rua Conde Rio Maior, 14 – 6º. Esq.^o. -----

----- Queria pôr duas pequenas coisas, muito pequenas: -----

----- Foi uma Senhora, que me pediu para perguntar, qual é a resposta ao Processo dela, uma Senhora chamada Natércia, de Algés, da Rua Ernesto da Silva, 119 – 1º. Dt^o. -----

----- O assunto já foi posto na Junta de Freguesia e não lhe deram resposta. E, ela gostava que ao menos lhe dissessem não. Mas, a árvore continua a bater-lhe na janela e ela diz que os Senhores conhecem perfeitamente o Processo. -----

----- O outro assunto era saber, se é possível eu saber quanto é que custa mais ou menos, quanto é que custou à Câmara, porque a Junta diz que não sabe, as obras feitas na Universidade da Terceira Idade, em Algés. E isto porque eu fui a uma reunião em que a responsável se fartou de dizer que aquelas obras são umas divisórias de alumínio, que tinham custado dez mil contos. E, fartou-se de falar em dez mil contos. É que se aquelas obras custam dez mil contos, não vai haver dinheiro para fazer nada! Porque, aquilo são apenas umas divisórias. Penso que a Senhora se enganou! -----

----- Mas, como ela continua a dizer, a toda a gente, que foram dez mil contos, se fosse possível saber-se, agradecia. Muito boa tarde.” -----

9.3. Sr. José Manuel Silva Pereira, Morador em Oeiras -----

----- O Senhor José Manuel Silva Pereira fez a seguinte intervenção: -----

----- “Ora, muito boa noite. -----

----- Muito obrigado. -----

----- Mais uma vez, eu venho aqui, porque, na verdade, tem que haver uma ligação directa

entre municípes, Assembleia, Câmara e Juntas.-----

----- Eu já entreguei o papel e, portanto, vou ser muito rápido.-----

----- Primeiro: Considero inaceitável não ter havido nas eleições que se realizaram no dia vinte de Fevereiro, a nossa Assembleia Municipal de Oeiras não tivesse agendado um número, na Ordem de Trabalhos para a apreciação, estudo e discussão dos resultados eleitorais. Isso é muito importante para todos nós.-----

----- Segundo ponto: Não há dúvida que o Partido mais importante, que nós temos neste País, é o P.A.I. – Partido Abstencionista Independente. É que tivemos, segundo os números que vieram nos jornais, quarenta e dois mil, cento e vinte e seis votos aqui, em Oeiras. Não foram votos, foram pessoas que não estiveram lá. E, trinta e um vírgula onze por cento de abstenções. O PS foi o segundo com trinta e oito mil, cento e sessenta e nove e com vinte e oito vírgula dezanove. - -----

----- Portanto, agora, entrando aqui no Terceiro ponto, que é o seguinte: -----

----- O terceiro ponto é o que eu quero de Oeiras, eu tenho a mania dos anagramas, e, então, Oeiras para mim, é orientar, estudar, informar e resolver assuntos sociais. -----

----- E, o Quarto ponto, também está aqui indicado, é aquele que vem na Constituição Política da nossa construção da República. São os pontos base dos Artigos, que eu peço às pessoas para lerem e verem isso. -----

----- E, para terminar, peço às Juntas de Freguesia, que estão aqui representadas que são dez, para começarem a levantar junto das pessoas a constituição de Associações de Moradores, porque enquanto não houver uma ligação directa entre os moradores e os serviços da Câmara, é muito difícil fazer algum trabalho. -----

----- E, eu posso dar os votos de felicidades e de parabéns à nossa Câmara de Oeiras, que é uma Câmara que se tem empenhado para resolver os assuntos todos. Muito obrigado.” -----

9.4. Sr. João Carlos Lourenço, Morador em Oeiras -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----O Senhor João Carlos Lourenço fez a seguinte intervenção: -----

-----“Boa tarde a todos. -----

-----O meu nome é João Carlos da Cruz Lourenço, moro na Rua Abel Manta, Nº. 1 – 1º. Dtº., 2780-174 Oeiras. -----

-----Eu sou um dos promotores do abaixo-assinado contra a construção junto à segunda fase do Parque dos Poetas, de sete edifícios de grande volumetria, empreendimento que aqui tem sido designado como Edifícios do Parque, embora seja já conhecido entre a população de Oeiras como o “Mamarracho dos Poetas”.-----

-----Este abaixo-assinado reuniu mil e vinte e três assinaturas de moradores locais, portanto, foi só recolhido ali, naquela zona e foi hoje entregue ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal e foi dele dado conhecimento à Senhora Presidente da Câmara e aos Representantes dos Partidos na Assembleia Municipal, embora não tivesse sido discutido nesta reunião, o que os signatários lamentam. -----

-----O que está em causa com este abaixo-assinado, é que independentemente daquilo que o Tribunal venha a decidir sobre se é legal ou não é legal a construção, é que os munícipes estão contra ela! Não querem a construção, porque é absurda e desequilibrada.-----

-----Relativamente à tomada de posições, na sequência da Moção apresentada pelo Bloco de Esquerda, queria dizer o seguinte: -----

-----Decidi deixar a decisão sobre esta questão para o Tribunal, não é deixar de decidir! Como alguns, porventura, poderão pensar! Pelo contrário, é decidir que a construção, que neste momento se está a verificar ao ritmo de um piso por semana, possa prosseguir a todo o vapor! Como tem acontecido até aqui! -----

-----E, o que queria, agora, perguntar, era: -----

-----Se a oposição dos munícipes contra aquela construção é ou não é importante para o Executivo Camarário? -----

----- Eu já fiz esta pergunta a trinta de Novembro, não me foi respondida. -----

----- Queria fazer a mesma pergunta aos Senhores Deputados Municipais, que não apoiam a Moção, que foi apresentada pelo Bloco de Esquerda. Estou a dirigir-me, designadamente, aos Senhores Representantes do PSD, do PP e do PS, que se abstiveram. E, era tudo. Muito obrigado.” -----

9.5. Sr. João Pedro Almeida-----

----- O Senhor João Pedro Almeida fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde. -----

----- O meu nome é João Pedro Dias de Almeida, sou residente na Rua Carlos Vieira Ramos, Nº. 49 – 6º. A.-----

----- Sou um dos subscritores da queixa apresentada no Ministério Público. -----

----- Do assunto que me trás aqui, prende-se com os Edifícios do Parque, mais conhecido como “Mamarracho dos Poetas”. -----

----- O Tribunal Administrativo de Sintra, quando decidiu intentar uma Acção de Declaração de Nulidade do Alvará de Loteamento número dois, de dois mil e quatro, não embargou de imediato a obra, porque desconhecia quem eram os titulares das Licenças de Construção. Esta Acção já é pública desde Outubro, quando foram publicados anúncios em dois diários de expansão Nacional. -----

----- Como é que é possível que ontem, vinte e sete de Fevereiro, os avisos afixados junto à obra, continuem a não identificar os titulares dos Alvarás de Construção? -----

----- Como é que o Tribunal poderia notificar uma entidade invisível no placard da obra? No entanto, bem visível no terreno. -----

----- Outra questão: -----

----- Como é possível, que a fiscalização camarária, que tem instalações mesmo junto à referida obra, ainda não tenha passado junto ao estaleiro de uma obra de tal envergadura? -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----Tenho aqui fotografias que peço sejam entregues à Senhora Presidente da Câmara, que mostram que os titulares dos Alvarás de Construção número cento e vinte e um de dois mil e quatro, não se encontram identificados. Portanto, peço, depois no final, façam chegar à Senhora Presidente da Câmara.-----

-----Outra questão:-----

-----O Procurador da República do Tribunal Administrativo de Sintra teve que intimar a Câmara para esta lhe enviar os Processos das duas Licenças de Construção, atrás referidas. -----

-----A questão: -----

-----Porque razão a Câmara protelou o envio da informação para o Processo Instrutório?

-----Tenho dito.” -----

9.6. Sr. José Bourbon -----

-----O Senhor José Bourbon fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito boa tarde a todos.-----

-----Bom, nós já vimos aqui que, quer em relação aos cartazes, aos avisos que estão afixados junto à obra, quer em relação à própria informação, que a Câmara mandou para o Processo Instrutório, que as coisas não foram fáceis e que objectivamente houve dificuldade do Tribunal em identificar os titulares dos Alvarás de Construção. Por essa razão, é que o Tribunal, o Ministério Público decidiu avançar primeiro com uma Acção apenas relativa ao titular do Alvará do Loteamento.-----

-----É importante termos isto presente para perceber, porque é que o Tribunal ainda não tinha condições para avançar imediatamente com um Processo, que parasse imediatamente com a obra. -----

-----De qualquer maneira, não sei, neste momento, o que é que aconteceu primeiro? Se foi a intimação por parte do Ministério Público ou se foi a citação da Câmara no Processo de Declaração de Nulidade do Alvará do Loteamento? -----

----- De acordo com aquilo que me pude aperceber da Consulta do Processo, e nós somos um grupo de cidadãos que estamos, obviamente, contra a construção desde edifício, daquilo que nós nos podemos aperceber, a Câmara ao responder à citação não fez referência à emissão das duas Licenças de Construção. É evidente que o fez no Processo Instrutório, mas na Acção Especial, isso não foi feito. E eu confesso que não sei o que é que aconteceu primeiro? Foi a intimação? Foi o esquecimento na Acção? -----

----- Mas, de qualquer maneira, deveria também ter feito, ter dado essa informação na Acção e, portanto, a pergunta é: -----

----- Porque é que a Câmara, quando respondeu à citação, não informou o Tribunal, que é diferente do Ministério Público, não informou a juíza de que, efectivamente, já tinha emitido as duas Licenças de Construção? -----

----- Queria também aproveitar para requerer à Senhora Presidente da Câmara, que me fosse facultada uma cópia e, eu esqueci-me de dizer a minha morada e aproveito para o fazer. Rua Carlos Vieira Ramos... (**Mudança de Cassete**) ... Presidente do Conselho de Administração dos SMAS, acerca de dois meses o Tribunal citou por carta registada com aviso de recepção os SMAS relativamente a este processo desta obra, no entanto aqueles serviços não procederam ao corte do fornecimento da água à obra, este assunto foi já apresentado na última Assembleia Municipal, ou pelo menos na que foi realizada, salvo erro, em trinta de Novembro na altura Vossa Excelência disse que se ia inteirar do assunto e que iria procurar saber o que é que se passava. A pergunta é muito simples porque razão os SMAS é que não procederam ao corte de fornecimento da água à obra? -----

----- Muito obrigado.” -----

9.7. Sr. Vítor Guerra – morador em Oeiras -----

----- O Senhor Vítor Guerra fez a seguinte intervenção. -----

----- “Boa tarde. O meu nome é Vítor Martins Guerra e moro na Rua do Recife, oito,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

sétimo A. - -----

----- Venho ainda falar desta questão do nosso mamarracho dos Poetas, nós dividimos as perguntas entre nós, como eram mil e vinte e três assinaturas, felizmente só viemos quatro, faltam ainda mil e dezanove, portanto, quisemos abreviar esta questão. -----

----- Queria fazer duas perguntas, mas queria antes disso fazer um comentário à Senhora Presidente da Câmara. Numa Assembleia que houve aqui em Junho do ano passado disse que este tipo de questões se discutem quando está em discussão pública o PDM, efectivamente estive em Janeiro de dois mil e quatro ali na Fundição de Oeiras, no Gabinete de Desenvolvimento, falei com o Senhor Arquitecto Graça, que penso que é um sénior, portanto, pessoas com experiência, a informação que me deu é que havia realmente ali uma zona “edificandi”, mas que o índice de ocupação seria como é para Paço de Arcos e Oeiras, zero quarenta e oito, e, que aqueles edifícios não seriam aquela monstruosidade com dez andares de altura, por acaso voltei hoje a confirmar isso com ele, portanto, é só para dizer que discutir e criticar o PDM em discussão pública não adianta nada. -----

----- A pergunta que eu queria fazer é a seguinte: não sei se apenas ao Executivo ou se também à oposição aqui em Oeiras, porque aparentemente a Câmara não quis tomar a iniciativa de embargar a obra, porque essa competência pelo que entendi daquilo que disse a Senhora Presidente era da responsabilidade do Tribunal, portanto, podia incorrer em ter que indemnizar o construtor por um acto que era o Tribunal que devia decidir e não decidiu, aparentemente por razões que até já foram aqui faladas, porque não havia informação sobre os donos da obra. A pergunta que eu faço é esta: a Senhora Presidente também acha que vai ganhar a causa em Sintra, porque tem todas as explicações para aquilo que lá está, acho curioso como é que o Ministério Público, o Tribunal decide que efectivamente há motivo eventual de outra opinião, a Câmara toma como cem por cento certa a sua opinião, portanto, a pergunta é esta: será que a paragem da obra não será mais barata do que a indemnização que um dia terá que ser dada no

caso de perder a acção ao construtor? Parece-me um problema de bom senso e de gestão, a menos que como isto vai ser passado para a Vereação que vem a seguir, esta Vereação esteja um bocado indiferente sobre o assunto, alguém vá pagar a seguir, os contribuintes em primeiro lugar, a Vereação que vier a seguir terá esse ónus. -----

----- Outra pergunta que gostava de fazer era: se a Senhora Presidente me pode confirmar, porque entretanto houve mais diligências junto do Tribunal de Sintra, porque novamente o Ministério Público requereu ao Tribunal a selagem da obra, é suposto que terá pedido à Câmara para o fazer, porque o Tribunal em Sintra não terá necessariamente meios para o fazer, nem para o ir fiscalizar. -----

----- Era só isto, muito obrigado.” -----

9.8. Sr. Rogério Costa -----

----- O Senhor Rogério Costa fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde, fala Rogério da Silva Costa. É devido à VLM também que estou cá, a famosa linha de água, aquilo não é uma linha de água, é uma linha de esgoto que passa lá muitos mosquitos, ratazanas, menos água potável, aquilo não é nenhuma linha de água, tenho aqui um documento do Delegado de Saúde que foi enviado, foi ele que foi lá fazer a inspecção, fez a análise, até ao momento não houve resposta nenhuma a este documento que tenho aqui comigo.-

----- Era só isso.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M. em Exercício** disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigado. Passava então a palavra à Senhora Presidente para dar os esclarecimentos que lhe forem possíveis.” -----

9.9. C.M.O. -----

----- **A Senhora Presidente da C.M.O.** deu os seguintes esclarecimentos: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, muito rapidamente mas dizer o seguinte. Relativamente ao Senhor Valdemar Barreto e ao nosso município que fez a intervenção no final,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

dizer que, e, de acordo com o telefonema que fiz para confirmar esse documento em Fevereiro do embargo, na sequência do que foi aqui referido relativamente a um documento entrado em Fevereiro e de uma confirmação que agora tive oportunidade de fazer através aqui do Senhor Vereador, de algo que tivesse entrado em Fevereiro que se desconhecia, o que foi dito foi que o que foi entrado em Fevereiro foi um processo de contra ordenação por causa de uma situação de dois mil e quatro, não embargo, apesar dos Senhores já terem tido, porque a reunião com a Câmara quando é pedida não ter que ser com a Presidente da Câmara directamente, para serem recebidos mais rapidamente foram para além de terem tido uma reunião inicial, mas foram tidas com o Senhor Vereador, com os serviços, enfim, mas para confrontarmos elementos e para que não estejamos a falar de elementos completamente, que não se sabe muito bem do que é que se está a falar, de uns ou de outros, da CCDR e tudo isso, nada melhor do que termos uma reunião, já alterei aqui uma para saber se os Senhores, não sei se são os habituais os que vieram aqui, nomeadamente, o Senhor Valdemar Barreto se é com quem nós podemos dialogar? Então vamos lá ver! Mas não me vêm dez, têm que escolher entre os Senhores uns cinco que representem, sugeria para que nós vissemos e confrontássemos os documentos para não haver aqui qualquer dúvida no dia três de Março, que é quinta-feira, às onze e trinta, pode ser? Onze e trinta ou meio-dia conforme lhes der mais jeito, dá mais jeito ao meio-dia? Sexta-feira é possível também! Ao meio-dia é! Meio-dia de sexta-feira, dia quatro, está bem? Para confrontarmos os documentos todos que uns têm, que outros têm.

-----Relativamente aos assuntos apresentados pela Senhora Dona Clotilde Moreira, creio que a Senhora deu o processo, portanto, vamos ver do que se trata, não sei se o Senhor Vereador sabe de cor, provavelmente sim porque tem a ver com uma situação perfeitamente identificada que é a árvore a bater na janela, portanto, deve saber, se a Senhora Presidente permitir dar-se-ia logo esta explicação.

-----Relativamente ao valor da UZILA devemos estar a falar em qualquer coisa que está a

misturar contos com euros..., pois, mas é capaz de haver, porque dez mil contos não são de certeza, isso digo-lhe já, portanto, deve haver aqui alguma confusão entre os contos e os euros, de qualquer forma nós vamos saber isso tudo e depois diremos e explicitaremos este assunto. ---

----- Creio que as outras questões que têm a ver todas com o mesmo assunto certo? Com aquela parte ali do Jardim dos Arcos. Ora bem dizer o seguinte: há pouco tive oportunidade não de ler obviamente a contestação, porque essa está em Tribunal, o Tribunal decidirá, eu não disse que tinha certezas quanto à decisão do Tribunal, eu não sou o Tribunal, o Tribunal é que ao analisar as nossas contestações e analisar a queixa ou a acção que foi interposta é que vai decidir, porque é o Órgão que tem que decidir sobre essa matéria. -----

----- Relativamente aos embargos. Os embargos e todas as acções que entretanto tiveram lugar foram decretados pelo Tribunal e nós apesar disso informámos em Outubro ainda quando fomos notificados, de que deviam suspender porque o Tribunal assim tinha decidido, portanto, o Tribunal é a Entidade competente. Lembro uma coisa, que nós todos, eu envolvo-me, nunca me ponho de fora destas coisas, é assim: este processo já é antigo e tudo isso, mas é um processo que esteve em inquérito público, ninguém disse rigorosamente nada durante esse período, e, estou-me a incluir no grupo de cidadãos que se deve pronunciar sobre as coisas, sobretudo sobre aquilo que lhe está próximo, o facto é que no momento próprio ninguém disse nada, estas coisas têm sede própria e o Tribunal, sem prejuízo de eu dever respeitar as opiniões de todas as pessoas, portanto, respeito a dos municípios, respeito a do promotor, respeito tudo, mas há sedes próprias para essas situações se discutirem, portanto, neste momento este processo teve, de facto, a oportunidade de os Senhores municípios se pronunciarem, isso não foi feito, enfim, foi uma etapa que perderam e que não foi feito, neste momento eu não posso, peço imensa desculpa, neste momento não posso, porque o Tribunal actuou da maneira que achou conveniente, alertei o promotor exactamente daquilo que o Tribunal tinha decidido naquela altura, não o tinha que ter feito porque ele foi notificado, mas fui-lo, portanto, fiz exactamente o que devia fazer, e, para que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

não houvesse dúvidas como eu não sou Jurista, sou Economista, pedi um parecer jurídico sobre essa matéria se mesmo assim a Câmara devia ou não proceder ao embargo, a resposta foi aquela que à pouco li aos Senhores, estou perfeitamente à vontade, porque eu sou Economista, não sou Jurista, nem aqui sou Economista, mas sobre essa matéria para que não houvesse nenhuma situação que eu por desconhecimento ou por falta de um elemento não pudesse ou estivesse a agir em desconformidade com, isso é uma situação, outra coisa é eu poder achar que os Senhores têm ou não razão relativamente àquilo que foi aprovado e aquilo que está a surgir, isso é outra situação, agora no Tribunal está, de facto, lá a contestação que se fez ponto a ponto porque à medida que nos foram apontadas determinadas situações, uma coisa é nós gostarmos ou não gostarmos, acharmos isto ou acharmos aquilo, outra coisa é dizermos que estamos a violar ou que foi violado o ponto “a”, o ponto “b” ou o ponto “c”, e, o não ter sido, daí estar do outro lado a dizer que não violou por isto, por aquilo, por aquello, são situações diferentes que eu respeito, mas há sedes próprias para as decidir, isto sem prejuízo obviamente de nós podermos falar bilateralmente e aqui noutras sítios, mas neste momento o processo é exactamente este. -----

----- Senhora Presidente de momento não é mais nada. -----

----- Agora não tenho aqui o processo, mas no momento próprio, porque o livro ficou exactamente com as rubricas sem qualquer contributo.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M. em Exercício** interrompeu dizendo o seguinte: -----

----- “Desculpe, se não se importa tem uma reunião marcada com a Senhora Presidente da Câmara, terão oportunidade com certeza...” -----

----- **A Senhora Presidente da C.M.O. – Dr.^a Teresa Zambujo** interrompeu dizendo o seguinte: -----

----- “Não são estes Senhores, os Senhores de Outurela é que têm, estes Senhores são do Jardim dos Arcos..., não, não foi feito no meu Gabinete, eu não costumo... -----

----- Senhora Presidente peço desculpa, para já repudio completamente esta afirmação, as

coisas são feitas como a legislação manda, no meu Gabinete não se fazem coisas dentro das portas do Gabinete, não estou habituada assim, nunca foi assim que eu procedi. -----

----- Senhora Presidente neste momento tenho dito, não tenho mais nada a dizer.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M. em Exercício** disse o seguinte. -----

----- “Muito bem, terminaram neste momento as intervenções, os Partidos têm agora o habitual momento para poderem fazer uma última intervenção.” -----

9.10. Sr. Joaquim Cotas (CDU) -----

----- O Senhor Deputado Joaquim Cotas disse o seguinte: -----

----- “Bem os Senhores Deputados acho que deveriam assistir até ao fim, mas isso já é com eles. - -----

----- Acho que nós estamos na presença de um caso exemplar de como não deve funcionar a democracia, o povo reclama e apresenta documentos, apresenta abaixo-assinados pedindo o embargo da obra, entretanto a obra continua, a Câmara assiste impávida e serena ao evoluir da situação, isto é ao crescimento do cimento no mamarracho dos Poetas, nós perguntamos à Senhora Presidente que democracia é esta?” -----

9.11. Sr. Miguel Pinto (BE) -----

----- O Senhor Deputado Miguel Pinto disse o seguinte: -----

----- “Acho que depois das intervenções dos cidadãos julgo que ficou mais clara a justeza da Moção de Censura do Bloco de Esquerda apresentou, penso que provavelmente nem todos votariam da mesma forma se a votação fosse agora a seguir, isto é uma opinião pessoal..., não mande bocas, porque eu também não mando, quando está a falar eu não digo nada, portanto, agradecia que fizessem o mesmo. -----

----- Eu por acaso não comparo o parecer jurídico que foi pedido pela Câmara com as opiniões de dois magistrados, já não é só o magistrado do Ministério Público, também é a Juíza, mas isso o Tribunal há-de decidir. Curiosamente gostava de ter ouvido, ainda hei-de ouvir a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

resposta a algumas das perguntas que os cidadãos fizeram e provavelmente será já na próxima semana que é: porque é que na fotografia que os cidadãos apresentam aqui não aparece o nome dos promotores, fotografia dos anúncios, não foi respondido, e, a questão do corte da água, portanto, isto como a Senhora Presidente já não pode falar, falará na próxima reunião com certeza, porque já terminou o tempo dela.

Muito obrigado.”

A Senhora Presidente da A.M. em Exercício deu o seguinte esclarecimento:

“A Senhora Presidente tem uma informação que por lapso não deu, mas a água já foi cortada tanto quanto ouvi aqui na Mesa do Executivo.... há uma semana, então com certeza que a Senhora Presidente vai enviar a Fiscalização Municipal para ver o que é que se passa.

Senhor Deputado Vidal Antão tinha pedido para intervir?”

9.12. Sr. Vidal Antão (PS)

O Senhor Deputado Vidal Antão disse o seguinte:

“Sim Senhora Presidente, porque o Partido Socialista foi aqui invocado por um munícipe que perguntou porque é que a oposição não votava a proposta da Moção de Censura do Bloco de Esquerda, queremos dizer que o Partido Socialista como oposição responsável que é costuma votar conscientemente, neste caso penso que a Senhora Presidente teve oportunidade de ter aqui há alguns meses atrás, uma reunião no seu Gabinete com estes munícipes, não sei qual foi o resultado dessa reunião, mas penso que ela foi efectivada, continuamos a pedir efectivamente à Senhora Presidente que nos faça chegar um dossier sobre esta questão, não é necessário que seja para todos os Deputados como já disse, basta para os Líderes de Bancada, a fim de que tenhamos todos os elementos que neste momento não temos para votar uma Moção de Censura seja ela apresentada pelo Bloco de Esquerda ou pelo CDS/PP, nós não votamos não é por ser do Bloco de Esquerda, nós quando votamos qualquer coisa votamos conscientemente.”

Muito obrigado.”

9.13. Sr. Paulo Miranda (CDS/PP) -----

----- O Senhor Paulo Miranda disse o seguinte:-----
----- “Senhora Presidente realmente fazendo uso do direito da palavra aqui no final da Sessão, quero fazer uma referência ao facto do público ter falado, porque é muito importante nestas Assembleias, é necessário que os munícipes se venham pronunciar sobre os problemas que os afectam, e, aqui em sede própria nós junto da Senhora Presidente tentarmos em conjunto resolver os problemas.”-----

----- Reportando-me realmente ao que o Senhor Joaquim Cotas disse, acho que foi uma injustiça o que disse, porque é muito raro, sinceramente não tenho procuração da Senhora Presidente para a defender, nem ela precisa da minha defesa, mas uma coisa é certa, um munícipe que apresenta um problema aqui e que de imediato a Senhora Presidente se disponibiliza para uma reunião na quinta-feira próxima, depois foi alterada de acordo com os interessados para sexta-feira, Senhor Deputado Joaquim Cotas em Lisboa demorou-se quarenta e cinco dias para se ser recebido pelo Senhor Presidente da Câmara numa Assembleia idêntica, em que o munícipe também pediu para ser recebido, acho que este é o exemplo melhor que a Senhora Presidente está em condições de poder resolver, ouvi-los, trocarem documentação pessoalmente, até prestar alguns esclarecimentos adicionais a esta informação, portanto, acho que foi injusta a sua afirmação que teve aqui, foi um bocado infeliz.”-----

----- **O Senhor Deputado Joaquim Cotas (CDU)** referiu o seguinte: -----

----- “E, o que é que nós temos com a Câmara de Lisboa?”-----

9.14. Sr. Jorge Pracana (PSD) -----

----- O Senhor Deputado Jorge Pracana disse o seguinte:-----
----- “Muito obrigado Senhora Presidente. Apenas para, de facto, salientar uma vez mais a importância deste diálogo entre os munícipes e os Órgãos Autárquicos, é evidente que não podemos de deixar de estar atentos às preocupações dos munícipes, assim como e seguramente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

sabemos que eles também estão preocupados com a manutenção da legalidade, a manutenção da legalidade é exactamente aquilo que esta Câmara procurou transmitir formalmente nesta Assembleia, julgo que nos elucidou a todos do que concerne à segunda fase do Jardim dos Arcos, salientar como já fez o anterior orador do CDS/PP que não podemos deixar de relevar esta resposta imediata por parte do Executivo a uma das questões aqui levantadas, penso que é importante, é a prova, de facto, que estes debates, nomeadamente, estas informações, participações ou queixas que são até nós trazidas pelos municíipes são, de facto, de salientar. -----

-----Muito obrigado.”-----

9.15. Sr.^a Presidente da A.M. em Exercício -----

-----A Senhora Presidente da A.M. em Exercício disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigado à Senhora Presidente da Câmara, aos Senhores Vereadores, ao estimado público que nos quis dar aqui a sua presença hoje.”-----

10. MARCAÇÃO DA PRÓXIMA REUNIÃO -----

-----Por decisão unânime da Mesa e de acordo com os Líderes Parlamentares, a Senhora Presidente da A.M. em Exercício marcou a próxima reunião para o dia sete de Março, no mesmo local pelas vinte e uma horas.-----

11. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO-----

-----A Senhor Presidente da A.M. em Exercício deu por encerrada a reunião às dezanove horas e quarenta e cinco minutos, à qual estiveram presentes quarenta Membros desta Assembleia Municipal (Elísio Olavo das Neves Gouveia da Veiga, Custódio Mateus Correia de Paiva, Luís d' Andrade da Costa e Castro, Manuel Carvalho Teixeira, Carlos Jaime Fonseca Santos, António Joaquim Moreira, José Carlos Correia Estorninho, Rui Manuel de Freitas, Salvador António Martins Bastos Costeira, José António Vilhena Milhano, Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes, José David Gomes Justino, José Manuel Amaral Lopes, Elisabete Maria Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Jorge Paulo

Seabra Roque da Cunha, Manuel António Madeira Martinho, Alexandre Manuel Pereira Martins da Luz, António José Viana Basto, Sofia de Sequeira Galvão, Arlindo Pereira Barradas, Maria Madalena Pereira da Silva Castro, Levy Nunes Gomes, Fernando Caldeira Martins, Maria Alexandra Colles Gonçalves da Silva Fraga, Rogério Manuel Ferreira Simões Carneiro, Vidal Diogo Fernandes Antão, Marcos Sá Rodrigues, Luísa Maria Diego Lisboa, Pedro Afonso Nóbrega Moita de Melo e Sá, Joaquim dos Reis Marques, Cláudia Sofia Monteiro da Silva, Pedro Licínio Brandão Martins Pereira, Pedro Duarte Alves de Lara Everard, João Carlos Macedo Viegas, Joaquim Vieira Cotas, José Manuel Milheira Pinto Ferreira, Ermelinda da Conceição Oliveira, Paulo Henrique Pereira Mendes de Miranda e Miguel da Câmara e Almeida Pinto), conforme listas anexas. -----

----- Para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e pelas Secretárias da Mesa. -----

----- (Acta assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Doutor Luís Marques Mendes, pela Primeira Secretária da Mesa, Dona Maria Madalena Pereira da Silva Castro e pela Segunda Secretária da Mesa, Doutora Maria Alexandra Colles Gonçalves da Silva Fraga.) -----